



31 de Março de 2011

Demonstrações Contábeis
Completas em IFRS



Itaú Unibanco Holding S.A.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas para propósito especial

Aos administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Itaú Unibanco Holding S.A. e empresas controladas (Consolidado), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas do Itaú Unibanco Holding e suas controladas em 31 de março de 2011, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

Ênfase sobre a base de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas para propósito especial

Sem modificar nossa revisão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram elaboradas pela administração da Instituição seguindo as orientações da Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e sua apresentação trimestral foi efetuada de forma voluntária pela Instituição.

São Paulo, 9 de maio de 2011.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado em
(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/03/2011	31/03/2010	01/01/2010
Disponibilidades	3	11.824	10.998	10.671
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4	90.861	33.183	13.869
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	12.591	14.220	17.799
Aplicações no Mercado Aberto	5	105.803	140.200	135.820
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6	108.956	54.891	55.552
Dados em Garantia		42.572	5.456	6.336
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		66.384	49.435	49.216
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	6b	147	227	373
Derivativos	7 e 8	10.230	7.876	5.589
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	43.692	37.380	41.302
Dados em Garantia		6.171	4.194	3.019
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		37.521	33.186	38.283
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10	3.116	2.566	2.429
Dados em Garantia		262	127	124
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		2.854	2.439	2.305
Operações de Crédito, Líquida	11	284.049	231.473	224.818
Operações de Crédito		303.993	251.265	245.063
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(19.944)	(19.792)	(20.245)
Outros Ativos Financeiros	19a	36.383	27.080	26.741
Investimentos em Empresas não Consolidadas	12	3.048	3.177	3.180
Imobilizado, Líquido	14	4.881	4.243	4.178
Ativos Intangíveis, Líquido	15	2.891	3.187	3.723
Ativos Fiscais		22.118	24.257	26.684
Imposto de Renda e Contribuição Social - Compensar		2.380	3.221	4.769
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	26b	19.193	20.519	21.519
Outros		545	517	396
Bens Destinados a Venda	35	84	226	239
Outros Ativos	19a	5.861	5.538	5.637
TOTAL DO ATIVO		746.535	600.722	578.604

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado em

(Em milhões de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/03/2011	31/03/2010	01/01/2010
Depósitos	16	203.922	183.606	190.716
Captações no Mercado Aberto	18a	206.753	148.055	131.946
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	17	819	813	663
Derivativos	7 e 8	7.656	7.277	5.332
Recursos de Mercados Interbancários	18a	68.602	47.963	44.722
Recursos de Mercados Institucionais	18b	46.559	34.784	30.530
Outros Passivos Financeiros	19b	33.896	26.142	27.027
Provisão de Seguros e Previdência Privada	29	59.758	49.628	47.945
Passivos de Planos de Capitalização		2.695	2.352	2.261
Provisões	31	14.874	11.855	13.524
Obrigações Fiscais	31b	10.385	8.800	9.781
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		520	408	1.265
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	26b II	4.248	3.884	4.963
Outras		5.617	4.508	3.553
Outros Passivos	19b	21.465	17.089	15.077
Total do Passivo		677.384	538.364	519.524
Capital Social	20a	45.000	45.000	45.000
Ações em Tesouraria	20a	(508)	(939)	(1.031)
Capital Adicional Integralizado		540	362	356
Reservas Integralizadas	20d	19.003	9.198	6.801
Reservas a Integralizar		3.294	6.169	5.609
Resultado Abrangente Acumulado		322	615	781
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		67.651	60.405	57.516
Participações de Acionistas não Controladores		1.500	1.953	1.564
Total do Patrimônio Líquido		69.151	62.358	59.080
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		746.535	600.722	578.604

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Produto Bancário		18.726	16.870
Receita de Juros e Rendimentos	22a	22.463	17.701
Despesa de Juros e Rendimentos	22b	(11.002)	(8.291)
Receita de Dividendos		72	88
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros	22c	291	304
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		416	661
Receita de Prestação de Serviços	23	4.447	4.024
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.595	1.627
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	29	3.869	3.187
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(2.725)	(1.970)
Receita de Operações de Capitalização		451	410
Outras Receitas	24	444	756
Perdas com Créditos e Sinistros		(3.312)	(3.823)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	(4.109)	(4.187)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.199	832
Despesas com Sinistros		(402)	(468)
Margem Operacional		15.414	13.047
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(10.039)	(8.687)
Despesas Gerais e Administrativas	25	(9.072)	(7.854)
Despesas Tributárias		(1.032)	(911)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas	12	65	78
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	26	5.375	4.360
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(2.009)	(1.167)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		263	96
LUCRO LÍQUIDO		3.629	3.289
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	27	3.473	3.088
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		(156)	(201)
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO			
Ordinárias		0,76	0,68
Preferenciais		0,76	0,68
LUCRO POR AÇÃO - DILUÍDO	27		
Ordinárias		0,76	0,68
Preferenciais		0,76	0,68
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - BÁSICA	27		
Ordinárias		2.289.284.273	2.289.284.273
Preferenciais		2.257.961.948	2.240.582.129
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - DILUÍDA	27		
Ordinárias		2.289.284.273	2.289.284.273
Preferenciais		2.269.757.891	2.256.987.723

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em

(Em milhões de Reais)

	NOTA	31/03/2011	31/03/2010
Lucro Líquido		3.629	3.289
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			
Variação de Valor Justo		(245)	28
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	9	(184)	(89)
Efeito Fiscal	17	172	24
Hedge de Fluxo de Caixa	8		
Variação de Valor Justo		22	(20)
Efeito Fiscal		(9)	8
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		54	(91)
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Empresas não Consolidadas		17	(27)
Total do Resultado Abrangente		3.456	3.122
Resultado Abrangente Atribuível a Participação dos Acionistas não Controladores		156	201
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		3.300	2.921

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 20)
Períodos findos em 31 de março de 2011 e 2010
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores										Total	
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Disponíveis para Venda	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa	Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores		
Saldo em 01/01/2010	45.000	(1.031)	356	6.801	5.609	-	771	-	10	57.516	1.564	59.080
Transações com os Acionistas Controladores	-	92	6	-	-	(109)	-	-	-	(11)	-	(11)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções Exercidas	-	92	(20)	-	-	-	-	-	-	72	-	72
Outorga de Opções - Despesas Reconhecidas no Período	-	-	26	-	-	-	-	-	-	26	-	26
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 20b)	-	-	-	(4)	(18)	(109)	-	-	-	(109)	-	(109)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	188	166
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	3.088	(63)	(91)	(12)	2.922	201	3.123
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	3.088	-	-	-	3.088	201	3.289
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(63)	(91)	(12)	(166)	-	(166)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	125	-	(125)	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutárias	-	-	-	2.276	578	(2.854)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2010	45.000	(939)	362	9.198	6.169	-	708	(91)	(2)	60.405	1.953	62.358
Mutação do Período	-	92	6	2.397	560	-	(63)	(91)	(12)	2.889	389	3.278
Saldo em 01/01/2011	45.000	(628)	491	16.903	4.005	-	775	(274)	(6)	66.266	1.677	67.943
Transações com os Acionistas Controladores	-	120	49	(1)	-	(775)	-	-	-	(607)	-	(607)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções Exercidas	-	120	15	-	-	-	-	-	-	135	-	135
Outorga de Opções - Despesas Reconhecidas no Período	-	-	34	-	-	-	-	-	-	34	-	34
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 20b)	-	-	-	(1)	(1)	(775)	-	-	-	(776)	-	(776)
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2011 - Exercício 2010	-	-	-	-	(1.308)	-	-	-	-	(1.308)	(333)	(1.641)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	3.473	(240)	54	13	3.300	156	3.456
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	3.473	-	54	13	3.473	156	3.629
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(240)	54	13	(173)	-	(173)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	144	-	(144)	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutárias	-	-	-	1.957	597	(2.554)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2011	45.000	(508)	540	19.003	3.294	-	535	(220)	7	67.651	1.500	69.151
Mutação do Período	-	120	49	2.100	(711)	-	(240)	54	13	1.385	(177)	1.208

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Períodos Findos em 31 de março de 2011 e 2010

(Em Milhões de Reais)

	NOTA	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Lucro Líquido		3.629	3.289
Ajustes ao Lucro Líquido:		6.492	5.452
Opções de Outorgas Reconhecidas		34	26
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		4.109	4.187
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		2.725	1.970
Receita de Operações de Capitalização		(451)	(410)
Depreciações e Amortizações		523	490
Tributos Diferidos		(263)	(96)
Resultado de Participações sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas		(65)	(78)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(184)	(89)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda		2	54
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos		-	(11)
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado		12	4
(Ganho) Perda nos Distratos de Contratos Intangíveis		-	(53)
Outros		50	(542)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		(21.695)	(29.443)
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		359	(11.301)
(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto		(29.683)	(4.323)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(5.071)	(19.306)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		6.527	1.034
(Aumento) Redução em Derivativos (Ativos/Passivos)		(467)	(342)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		151	(227)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		(13.020)	(10.889)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros		4.547	(341)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Fiscais		2.032	2.522
(Aumento) Redução em Outros Ativos		588	(815)
(Redução) Aumento em Depósitos		1.544	(7.212)
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto		7.111	16.222
(Redução) Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(516)	150
(Redução) Aumento em Recursos de Mercados Interbancários		6.045	3.178
(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros		(7.107)	(683)
(Redução) Aumento em Provisão de Seguros e Previdência		169	(2.548)
(Redução) Aumento em Passivos de Planos de Capitalização		543	2.762
(Redução) Aumento em Provisões		70	(725)
(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais		(114)	(984)
(Redução) Aumento em Outros Passivos		6.272	5.320
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.675)	(935)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(11.574)	(20.702)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas		19	17
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		4.711	7.888
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		289	55
Alienação de Bens Destinados a Venda		28	6
Alienação de Imobilizado de Uso	14	7	10
Distrato de Contratos do Intangível	15	4	121
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(3.304)	(2.850)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(123)	(96)
Aquisição de Investimentos		-	(13)
Aquisição de Imobilizado de Uso	14	(380)	(322)
Aquisição de Intangível	15	(218)	(88)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		1.033	4.728
Captação em Mercados Institucionais		4.012	3.815
Resgate em Mercados Institucionais		(2.713)	(142)
Variação da Participação dos Acionistas Não Controladores		(326)	215
Outorga de Opções de Ações		135	72
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores		(7)	(27)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(2.877)	(2.708)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.776)	1.225
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.4c e 3	(12.317)	(14.749)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		45.609	72.652
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(17)	128
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	33.275	58.031
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa			
Juros Recebidos		22.855	25.816
Juros Pagos		10.019	15.604
Transações Não Monetárias			
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		2	33
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e ainda Não Pagos		791	141

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 31 de Março de 2011 e 2010

(Em milhões de Reais, exceto informações por ação)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

Itaú Unibanco Holding S.A. ("nós" ou "Itaú Unibanco Holding" são referências ao Itaú Unibanco Holding S.A. e suas subsidiárias e afiliadas) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do Itaú Unibanco Holding está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O Itaú Unibanco Holding fornece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de linhas de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, a clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. Estes serviços são oferecidos no Brasil a clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S. A. ("Itaú Unibanco") e de atacado por intermédio do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), e no exterior são oferecidos por intermédio de agências em Nova York, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e por intermédio de subsidiárias, principalmente, na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Ilhas Cayman e Europa (Portugal e Luxemburgo).

O Itaú Unibanco Holding é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa, uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e (ii) E. Johnston, uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding.

Conforme descrito na Nota 33 as operações do Itaú Unibanco Holding são divididas em quatro segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco Comercial, que oferece uma ampla gama de serviços bancários para pessoas físicas (varejo, sob várias áreas especializadas em distribuição, utilizando diversas marcas como Uniclass, Personnalité ou Private Bank), e para clientes pessoas jurídicas (micro, pequenas e médias empresas), incluindo serviços tais como administração de recursos de terceiros, serviços a investidores, seguros, planos de previdência privada, planos de capitalização e cartões de crédito emitidos a correntistas; (2) Itaú BBA, que oferece produtos e serviços de atacado para empresas de grande porte, bem como atividades de banco de investimento; (3) Crédito ao Consumidor, que oferece fundamentalmente produtos e serviços a clientes não-correntistas, tais como financiamento de veículos, transações com cartões de crédito e financiamento ao consumidor e (4) Corporação e Tesouraria, que gera nossos juros associados ao capital excedente, nosso excedente da dívida subordinada, o resultado de determinadas atividades de tesouraria, a base líquida dos créditos e débitos tributários, os rendimentos líquidos dos juros resultantes da negociação de ativos financeiros por meio de posições próprias, a gestão de diferenças de moedas, diferenças de taxa e de outros fatores de risco, de oportunidades de arbitragem nos mercados externo e do efeito do mercado interno, e marcação a mercado de ativos financeiros.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Essas demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requerem a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas anuais, em acordo com o padrão contábil internacional (“IFRS”), conforme aprovado pelo “International Accounting Standard Board” (“IASB”), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela “International Accounting Standards Committee Foundation” (“IASC”).

Para fins desta demonstração, o Itaú Unibanco Holding elegeu a data de 1º de janeiro de 2010 (a “data de transição”) como a data de transição entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e o IFRS. O BRGAAP foi definido como a prática contábil (“GAAP anterior”) anterior, de acordo com o pronunciamento IFRS 1 – “First-time adoption of International Financial Reporting Standards”. Esta adoção foi efetuada considerando a Carta-Circular No. 3.435, emitida pelo BACEN.

Essas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas, o Itaú Unibanco Holding utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações do –“International Financial Reporting Interpretation Committee” (“IFRIC”) descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas demonstrações contábeis consolidadas incluem referências ao IFRS, aos pronunciamentos emitidos pelo IASB e às interpretações emitidas pelo IFRIC. Porém estas demonstrações contábeis consolidadas não representam a primeira demonstração contábil completa em IFRS por não apresentar demonstrações contábeis consolidadas para um exercício completo.

A reconciliação entre o patrimônio líquido em BRGAAP, que foi considerado como o GAAP anterior, e em IFRS na data de transição é apresentada na Nota 2.5 conjuntamente com uma descrição das isenções aplicáveis e exceções obrigatórias adotadas, conforme definido pelo IFRS 1.

O IFRS 1 é aplicado quando uma entidade adota o IFRS na elaboração de suas demonstrações contábeis anuais pela primeira vez, com uma declaração explícita e sem reservas de aplicação do IFRS. Em geral, o IFRS 1 requer que uma entidade atenda a cada uma das normas contábeis vigentes do IFRS, na data de preparação de sua primeira demonstração contábil consolidada em IFRS. Nestas demonstrações contábeis consolidadas apresentadas com propósito especial de fornecer informações adicionais ao mercado alinhadas com o estabelecido na Resolução 3.786 e que não representam as primeiras demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, o Itaú Unibanco Holding aplicou a data de transição de 1º de janeiro de 2010.

O IFRS 1 concede isenções limitadas de seus requerimentos em áreas específicas nas quais o custo de geração de informações pudesse exceder os benefícios dos usuários das demonstrações contábeis. Adicionalmente, o IFRS 1 também proíbe a aplicação retrospectiva de certas normas contábeis ou critérios em algumas áreas, particularmente nas quais a aplicação retrospectiva pudesse requerer o julgamento da Administração sobre condições do passado e após o conhecimento de transações já ocorridas.

O sumário das isenções e exceções do IFRS 1 usadas pela Administração na preparação dessas demonstrações contábeis consolidadas está apresentado na Nota 2.5.

2.2 PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EFETIVOS EM OU APÓS 1º DE JANEIRO DE 2011

Os pronunciamentos a seguir entraram em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e os que são aplicáveis as nossas operações não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IFRIC 14 – “IAS 19 – The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction”- remove uma consequência não intencional do IFRIC 14 relacionada a pré-pagamentos voluntários de planos de pensão quando existe um requerimento mínimo de financiamento. O Itaú Unibanco Holding não espera que esta alteração impacte significativamente suas demonstrações contábeis consolidadas.
- IFRS 9 – “Financial instruments” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “Financial Instruments: Recognition and Measurement”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do Itaú Unibanco Holding. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013, e o IASB permite sua adoção antecipada. Porém, sua adoção antecipada não está disponível no Brasil já que o CMN, através da Resolução 3.853 estabeleceu que a adoção antecipada de pronunciamentos emitidos pelo IASB fica condicionada a aprovação específica do BACEN.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativa e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subseqüentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O Itaú Unibanco Holding revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante com provisão para créditos de liquidação duvidosa que deve ser registrada nas demonstrações contábeis consolidada do resultado para um determinado crédito ou para uma determinada classe de créditos, o Itaú Unibanco Holding exerce seu julgamento para determinar se evidências objetivas indicam que ocorreu um evento de perda. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar a quantidade e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a perdas efetivas.

O montante de provisão em 31 de março de 2011 era de R\$ 19.944 (R\$ 19.792 em 31 de março de 2010).

Caso o valor presente líquido dos fluxos de caixa estimado se afastar em +1% ou -1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaria ou diminuiria aproximadamente R\$ 2.837.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4(f) (viii).

b) Imposto de Renda e contribuição social diferido

Conforme explicação no item 2.4(m), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Itaú Unibanco Holding irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possa ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário do Itaú Unibanco Holding, é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 26. O montante de ativo fiscal diferido em 31 de março de 2011 era de R\$ 25.737 (R\$ 26.979 em 31 de março de 2010).

c) Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo justo valor em 31 de março de 2011 totalizam ativos no valor de R\$ 163.025 (R\$ 100.374 em 31 de março de 2010) (dos quais R\$ 10.230 são derivativos (R\$ 7.876 em 31 de março de 2010)) e passivos no valor de R\$ 8.475 (R\$ 8.090 em 31 de março de 2010) (dos quais R\$ 7.656 são derivativos (R\$ 7.277 em 31 de março de 2010)). O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Itaú Unibanco Holding usa seu julgamento para escolher diversas metodologias e definir as premissas a serem utilizadas nos cálculos. Essas premissas baseiam-se principalmente em informações e nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O Itaú Unibanco Holding classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo, que estão detalhados na Nota 30.

O Itaú Unibanco Holding acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data-base.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 30.

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 31 de março de 2011 o montante de R\$ 289 (R\$ 318 em 31 de março de 2010) foi reconhecido como ativo de benefício definido em relação aos planos de pensão de benefício definido. O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Itaú Unibanco Holding determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Itaú Unibanco Holding considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada aproximadamente em R\$ 500.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

e) Passivos contingentes

O Itaú Unibanco Holding revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

O valor contábil destas contingências em 31 de março de 2011 é de R\$ 14.874 (R\$ 11.855 em 31 de março de 2010).

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I- Subsidiárias

De acordo com o IAS 27 – “Consolidated and Separate Financial Statements”, as subsidiárias são entidades nas quais o Itaú Unibanco Holding tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades e que geralmente possui participação votante superior a 50% em seu capital votante.

II- Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)

De acordo com SIC 12 – “Consolidation – Special Purpose Entities”, consolidamos as sociedades de propósito específico, quando a substância do relacionamento entre o Itaú Unibanco Holding e as SPEs indica que elas são controladas pelo Itaú Unibanco Holding. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor do Itaú Unibanco Holding, de acordo com as necessidades específicas do negócio e o Itaú Unibanco Holding obtém benefícios de sua operação;
- Em substância, o Itaú Unibanco Holding tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou o Itaú Unibanco Holding tem o poder de delegar tais poderes;
- Em substância, o Itaú Unibanco Holding tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e por consequência pode estar exposto aos riscos inerentes à suas atividades; ou
- Em substância, o Itaú Unibanco Holding retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III- Entidades sob Controle Conjunto (“Joint Ventures”)

O IAS 31 – “Interests in Joint Ventures”, define entidades sob controle conjunto como entidades controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detêm controle compartilhado em entidades ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que os afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Ainda de acordo com o IAS 31, o tratamento contábil das entidades sob controle conjunto pode ser consolidação proporcional ou método de equivalência patrimonial. O Itaú Unibanco Holding optou pela consolidação proporcional.

A tabela abaixo apresenta as principais subsidiárias consolidadas e as principais entidades sob controle conjunto consolidadas proporcionalmente, bem como a participação do Itaú Unibanco Holding em seus capitais votantes em 31 de março de 2011 e 2010:

Subsidiárias	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital votante em 31/03/2011	Porcentagem do capital votante em 31/03/2010
Banco Dibens S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Banco Fiat S.A.	Brasil	Banco	100,00%	99,99%
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.	Luxemburgo	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Europa, S.A.	Portugal	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	Banco	100,00%	99,99%
Banco Itaucred Financiamentos S.A.	Brasil	Banco	100,00%	99,99%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Banco	100,00%	99,99%
BIU Participações S.A.	Brasil	Holding de Instituições não Financeiras	66,15%	66,15%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	99,99%	99,99%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%
Fiat Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administradora de Consórcios	99,99%	99,99%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administradora de Consórcios	100,00%	99,99%
Itaú Ásia Securities Ltd	Hong Kong	Corretora de Valores	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100,00%	100,00%
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	Securitizadora	99,99%	99,99%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	99,99%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itaú Japan Asset Management Limited	Japão	Administradora de Fundos	100,00%	100,00%
Itaú Middle East Securities Limited	Emirados Árabes	Corretora de Valores	100,00%	99,99%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Itaú USA Securities, INC.	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	99,99%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%
Orbital Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A.	Brasil	Serviços de Tecnologia	100,00%	99,99%
Redecard S.A.	Brasil	Administração de Cartões	50,02%	50,02%
Unibanco Cayman Bank Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100,00%	100,00%
Unibanco Participações Societárias S.A.	Brasil	Holding	100,00%	100,00%
Entidades sob controle conjunto				
Banco Investcred Unibanco S.A.	Brasil	Banco	50,00%	50,00%
FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%
Financeira Itaú CDB S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%

Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das Joint Ventures:

	31/03/2011	31/03/2010
Total de Ativos	3.770	3.368
Total de Passivos	3.137	2.837
Total de Receitas	360	331
Total de Despesas	(355)	(296)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para as entidades que são controladas em conjunto.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I- Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis consolidadas. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em empresa não consolidada, o Itaú Unibanco Holding definiu a moeda funcional.

O IAS 21 – “The effects of changes in foreign exchange rates” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado abrangente acumulado e acumulados no patrimônio como ajustes acumulados de conversão.

II- Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como resultados de operações de câmbio e ganhos e perdas cambiais no exterior, e totalizam R\$ (522) para o período findo em 31 de março de 2011 (R\$ 364 em 31 de março de 2010).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o “desreconhecimento” ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

O Itaú Unibanco Holding define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial consolidado na rubrica de “Disponibilidades”), Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 03.

d) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

O Itaú Unibanco Holding apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4.(f)(vi).

e) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

O Itaú Unibanco Holding possui operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas de Aplicações no mercado aberto e Captações no mercado aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecido durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de juros e rendimentos e Despesas de juros e rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e recompra é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

f) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O Itaú Unibanco Holding categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O Itaú Unibanco classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central, Aplicações em depósitos interfinanceiros (Notas 2.4(d)), Aplicações no mercado aberto (Notas 2.4(e)), Operações de crédito (Notas 2.4(f)(vi)) e Outros ativos financeiros (Notas 2.4(f)(ix)).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e “desreconhecidas”, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são “desreconhecidos” quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando Itaú Unibanco Holding transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para “desreconhecimento” de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o Itaú Unibanco Holding deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede o desreconhecimento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando foram liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. O Itaú Unibanco Holding optou por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II- Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros – Ativos e passivos financeiros designados a valor justo através do resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em “Receita de juros e rendimentos” e “Despesa de juros e rendimentos” respectivamente.

O Itaú Unibanco Holding designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Estes derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros, exceto se o Itaú Unibanco Holding optar designar estes contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de “hedge” para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item “hedgeado” o método de reconhecer os ganhos ou perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como “hedge” contábil.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como “hedge” contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do “hedge”, existe designação e documentação formais da relação de “hedge” e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o “hedge”;
- é esperado que o “hedge” seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de “hedge” em particular;
- quanto ao “hedge” de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de “hedge” tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado;
- a efetividade do “hedge” pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de “hedge” podem ser confiavelmente medidos; e
- o “hedge” é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o “hedge” foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de “hedge”: “hedge” de valor justo, “hedge” de fluxo de caixa e “hedge” de investimento líquido em investimento no exterior.

O Itaú Unibanco utiliza-se de derivativos como instrumento de “hedge” em estratégias de “hedge” de fluxo de caixa, conforme detalhado na Nota 08.

“Hedge” de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como “hedge” de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada diretamente em “Outros resultados abrangentes – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por “hedge” afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no resultado abrangente acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Se o relacionamento de hedge é descontinuado por não mais atenderem aos requisitos de efetividade, o ganho ou perda reconhecido no resultado abrangente acumulado é reconhecido no resultado como uma reclassificação do resultado abrangente acumulado quando os fluxos de caixa da transação prevista ocorrem. Se for provável que a transação prevista não irá mais ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado no patrimônio é imediatamente reconhecido no resultado como uma reclassificação do resultado acumulado abrangente.

IV- Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e que não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado abrangente acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativo e passivo financeiro. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como "Receita de dividendos" quando é provável que se estabeleça o direito do Itaú Unibanco Holding de receber tais dividendos e entradas de benefícios econômicos é provável.

O Itaú Unibanco Holding avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas através do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida através do resultado.

V- Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o Itaú Unibanco Holding tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil e reconhecida na Demonstração consolidada do resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado.

VI- Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensurados subsequentemente a custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Itaú Unibanco Holding estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável, e o valor contábil é reduzido, através de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzida utilizando a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

VII- Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um crédito no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica de Operações de Crédito.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo Itaú Unibanco Holding são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Itaú Unibanco Holding e é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos.

VIII- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O Itaú Unibanco Holding avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos estejam deteriorados. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária, caso exista a evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram, após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

O critério utilizado pelo Itaú Unibanco Holding para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor;

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que os períodos observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que os períodos observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por impairment são de no máximo 12 meses considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

O Itaú Unibanco Holding avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliados coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros, original do crédito. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de crédito para o qual exista uma garantia recebida reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos custos para obter e vender tal garantia, independente da execução da mesma ser provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir, os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de rating de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável ele é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias no caso de empréstimos com prazos originais iniciais superiores à 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes, mas consideradas como novos empréstimos. Em períodos posteriores o ativo é considerado como inadimplente, e divulgado como inadimplente, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX- Outros ativos financeiros

O Itaú Unibanco Holding apresenta estes ativos em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimento.

X- Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em despesas de juros e rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos; Vide Nota 16;
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item (e));
- Recursos de mercados interbancários;
- Recursos de mercados institucionais;
- Obrigações de planos de capitalização; e
- Outros passivos financeiros. Vide Nota 19b.

g) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que utilizamos para associadas, conforme definido pelo IAS 38) são aquelas empresas nas quais o investidor possui influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação do Itaú Unibanco Holding nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado e sua participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido correspondentes. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Itaú Unibanco Holding nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior a sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Itaú Unibanco Holding não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Itaú Unibanco Holding e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação do Itaú Unibanco Holding. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Itaú Unibanco Holding.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o Itaú Unibanco Holding mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado.

h) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatário)

Como arrendatário, o Itaú Unibanco Holding possui contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O Itaú Unibanco Holding arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Itaú Unibanco Holding detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios de sua propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As operações realizadas pelo Itaú Unibanco Holding classificadas como arrendamentos operacionais têm sua despesa reconhecida na Demonstração consolidada do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o IAS 16 – “Property, plant and equipment”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O Itaú Unibanco Holding avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – “Impairment of assets”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos custo de venda pode ser determinado em forma confiável. Não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável em ativos imobilizados em 31 de março de 2011 e 2010.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Outras receitas ou Despesas gerais e administrativas.

j) ÁGIO

De acordo com o IFRS 3 (R) – “Business Combination”, ágio é o excesso entre custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente, ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos custo de venda e/ou de seu valor em uso.

Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas, independentemente, das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, aos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida. Em 31 de março de 2011 e 2010, não possuíamos saldo de ágio em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos e incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso.

O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos. Em 31 de março de 2011 e 2010, o Itaú Unibanco Holding não possuía ativos intangíveis gerados internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O Itaú Unibanco Holding avalia anualmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos custo de venda pode ser determinado em forma confiável.

Os ativos intangíveis, exceto ágio, que sofreram perdas por redução dos seus valores recuperáveis são revisados anualmente na data de 30 de setembro (data determinada por nós para ser a data para a realização do teste de redução ao valor recuperável) a fim de determinar se é apropriada a reversão da perda. Não reconhecemos perdas por redução do valor recuperável em 31 de março de 2011 e 2010.

Conforme previsto pelo IAS 38, o Itaú Unibanco Holding elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

l) BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subseqüentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesas gerais e administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Obrigações fiscais - Correntes e Ativos fiscais – Impostos de renda e contribuição social a compensar, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais - Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	31/03/2011	31/03/2010
Imposto de Renda	15%	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%	10%
Contribuição Social	15%	15%

n) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O IFRS 4 – “Insurance contracts” define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contra parte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O Itaú Unibanco Holding, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contem riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o Itaú Unibanco Holding aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo somente, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos onde estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB), garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, o contrato transfere o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo pagável de forma vitalícia não é oferecida, havendo em todos os contratos o direito da contraparte em escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionados aos recebíveis de prêmios de seguros, o Itaú Unibanco Holding contabiliza tal perda, conforme descrito na Nota 2.4f VIII.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos no resultado durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na demonstração do resultado.

No curso normal dos negócios, o Itaú Unibanco Holding ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas reservas de seguros e previdência privada.

Derivativos Embutidos

Em alguns casos, o IFRS 4 exige que a entidade separe os derivativos embutidos relacionados aos contratos de seguros. Contudo, o Itaú Unibanco Holding não identificou derivativos embutidos nos contratos de seguros existentes.

Teste de adequação do passivo

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

As premissas utilizadas para efetuar o teste de adequação do passivo estão detalhadas na Nota 29.

o) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

O Itaú Unibanco Holding comercializa títulos de capitalização, nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil eles são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o Itaú Unibanco Holding tem a obrigação de reembolsar. Reconhecemos como despesa, o valor do passivo constituído para pagamento de prêmios em dinheiro mensurados atuarialmente.

p) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

O Itaú Unibanco Holding é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 348 no período findo em 31 de março de 2011 (R\$ 321 em 31 de março de 2010).

Adicionalmente, o Itaú Unibanco Holding também patrocina planos de benefícios definidos e plano de contribuição definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – “Employee benefits”.

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro, denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes a diferença entre os retornos esperados e os atuais;
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais;
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o IAS 19, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e portanto elimina, riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) o reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) a alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação, um ganho ou perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo Itaú Unibanco Holding são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo Itaú Unibanco Holding ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o Itaú Unibanco Holding está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o IAS 19, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

q) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – “Share-based payment” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo será reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente ao patrimônio líquido.

Quando as opções forem exercidas, a companhia geralmente dá ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco, a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo Itaú Unibanco Holding correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

r) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira possui uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente seu valor justo. Subsequentemente esta obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o IAS 37 – “Provisions, contingent liabilities and contingent assets”.

O Itaú Unibanco Holding reconhece no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica “Outros passivos”, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Este valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica “Receitas de Prestação de Serviços”.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

s) ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração do Itaú Unibanco Holding entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros

sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e divulgados como passivos contingentes possíveis são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, como por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

t) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

u) AÇÕES EM TESOURARIA

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, como, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de outorga de opções de ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital adicional integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

v) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo somente quando aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações contábeis consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos de acordo com as Demonstrações contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nestas Demonstrações contábeis.

x) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do Itaú Unibanco Holding pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo Itaú Unibanco Holding. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato das ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do Itaú Unibanco Holding após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – “Earnings per share”.

O Itaú Unibanco Holding outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do Itaú Unibanco Holding.

y) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O Itaú Unibanco Holding presta diversos serviços a seus clientes, como por exemplo, administração de investimentos, cartões de crédito, banco de investimento e determinados serviços de banco comercial. As receitas obtidas na prestação destes serviços são normalmente reconhecidas quando o serviço é prestado (banco comercial e de investimento) ou ao longo da vida do contrato (administração de investimentos e cartões de crédito). A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 23.

z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O IFRS 8 – “Operating Segments” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O Itaú Unibanco Holding considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O Itaú Unibanco Holding possui quatro segmentos de reporte: (i) Banco Comercial, (ii) Itaú BBA, (iii) Crédito ao Consumidor e (iv) Corporação e Tesouraria.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 33.

2.5 TRANSIÇÃO PARA O IFRS

Conforme detalhado na Nota 2.1, a transição para o IFRS foi registrada de acordo com o IFRS 1 e a data da transição escolhida foi 1º de janeiro de 2010. Como resultado as políticas contábeis do Itaú Unibanco Holding nestas demonstrações contábeis consolidadas foram modificadas em 1º de janeiro de 2010 com o objetivo de atender o IFRS em respeito às políticas contábeis aplicadas para fins de BRGAAP.

As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e a reconciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas abaixo. O Itaú Unibanco Holding elaborou seu balanço patrimonial inicial em 1º de janeiro de 2010 por meio da aplicação das normas e políticas contábeis, das bases de mensuração descritas na nota 2.4, e adotou as seguintes isenções e utilizou todas as exceções previstas no IFRS 1.

Sumário das isenções voluntárias e exceções mandatórias previstas pelo IFRS 1 e utilizadas pela Administração na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas

Combinações de negócios, aquisições passadas de investimentos em associadas e escopo de consolidação

O IFRS 1 permite que combinações de negócios e aquisições passadas de investimentos em associadas ocorridas antes da data de transição não sejam reavaliadas, retrospectivamente, através da aplicação do IFRS 3. Esta isenção permite que companhias que adotem o IFRS pela primeira vez, mantenham, basicamente, o tratamento contábil adotado na prática contábil anterior, neste caso o BRGAAP. O Itaú Unibanco Holding adotou esta isenção até 1º de agosto de 2009 e consequentemente, aplicou o IFRS 3 ou IAS 28, como apropriado para contabilizar somente as combinações de negócios e aquisições passadas de investimentos em associadas ocorridas após essa data.

De acordo com a isenção permitida pelo IFRS 1, foram mantidas as políticas contábeis utilizadas para a contabilização inicial e mensuração subsequente dos ágios gerados nas aquisições anteriores à data de transição conforme BRGAAP, onde os ágios foram integralmente amortizados no momento em que essas aquisições ocorreram. Não foram reconhecidos, no BRGAAP, ativos intangíveis oriundos das aquisições anteriores à data de transição.

O IFRS 1 também requer que caso o Itaú Unibanco Holding não houvesse consolidado alguma subsidiária adquirida no BRGAAP, os valores contábeis de ativos e passivos dessa subsidiária adquirida seriam ajustados conforme IFRS. Entretanto, no caso do Itaú Unibanco Holding, não ocorreram aquisições de subsidiárias significativas que não tenham sido consolidadas em BRGAAP antes da transição para IFRS.

Valor justo considerado como custo inicial

Segundo o IFRS 1, uma entidade pode, na data de transição para o IFRS, mensurar um item do ativo imobilizado pelo seu valor justo, passando este valor a ser o custo inicial deste ativo, a partir desta data. O Itaú Unibanco Holding não fez uso desta isenção do IFRS 1. O custo do ativo imobilizado foi determinado com base no custo histórico, apurado no BRGAAP, ajustados pela inflação para os anos em que o Brasil foi considerado hiperinflacionário de acordo com o IAS 29.

Benefícios a empregados

O Itaú Unibanco Holding adotou a isenção do IFRS 1 pela qual foram reconhecidos como resultados acumulados todos os ganhos e perdas atuariais acumulados até a data de transição referente aos planos de benefício definido patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding e suas controladas.

Diferenças cumulativas na conversão de balanço de subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior

O Itaú Unibanco Holding adotou esta isenção, na qual foram presumidos como zero, todos os ganhos e perdas de conversão de subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior acumulados na data de transição. Portanto, os efeitos da aplicação do IAS 21 na conversão destas subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior com moeda funcional diferente do real estão sendo aplicados prospectivamente e estes efeitos registrados em uma reserva específica no Resultado abrangente acumulado somente deste a data de transição. A não utilização desta isenção resultaria na aplicação retrospectiva do IAS 21, com a determinação das diferenças de conversão de acordo com o IFRS desde a data de constituição ou aquisição de todas as subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas com moeda funcional diferente do Real.

Instrumentos financeiros compostos

O IAS 32 – “Financial instruments: presentation” requer que passivos financeiros compostos, conforme definido pelo IAS 32, tenham seus componentes separados e classificados como instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio. Esta classificação é feita com base nas circunstâncias, substância econômica e termos específicos destes instrumentos na data de sua emissão. O IFRS 1 permite não separar esses dois componentes, caso o componente de dívida já não esteja em aberto na data de transição. Essa isenção não gerou impactos para o Itaú Unibanco Holding.

Ativos e passivos de subsidiárias, empresas não consolidadas e entidades sob controle conjunto (“joint-ventures”)

O IFRS 1 prevê que podem existir situações nas quais a entidade controladora de um grupo e suas subsidiárias tenham adotado IFRS em datas diferentes. A isenção do IFRS 1 permitiu que utilizássemos as demonstrações contábeis das subsidiárias que fizeram a transição para IFRS antes de 1º de janeiro de 2010. Sendo assim, foram considerados os montantes em IFRS das

demonstrações contábeis das subsidiárias e de empresas não consolidadas do Itaú Unibanco Holding que já haviam adotado o IFRS antes de 1º de janeiro de 2010, na consolidação.

Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos

O IAS 39 permite que uma entidade designe instrumentos financeiros na categoria de ativos ou passivos financeiros a valor justo através do resultado ou como ativos financeiros disponíveis para a venda na data de aquisição ou emissão do instrumento financeiro. Segundo a isenção do IFRS 1, esta designação, no caso da primeira adoção do IFRS, pode ser feita na data de transição, mesmo que originalmente o instrumento tenha sido designado em outra categoria. O Itaú Unibanco Holding não adotou essa isenção permitida pelo IFRS 1 e não redesignou ativos financeiros existentes na data de transição, mantendo a designação existente em BRGAAP em 1º de janeiro de 2010.

Transações de pagamentos baseados em ações

O IFRS 1 encoraja, mas não requer, que uma entidade adote o IFRS 2 para benefícios aos empregados emitidos como pagamentos baseados em ações concedidos antes de 7 de novembro de 2002 e também para os benefícios que foram concedidos após 7 de novembro de 2002, mas cujas condições para a sua realização ou gozo tenham sido atingidas antes da data de transição ou antes de 1º de janeiro de 2010 (das duas datas, a mais recente). Por outro lado, se a Administração decide aplicar o IFRS 2 retrospectivamente, somente pode fazê-lo se a entidade já tiver divulgado o valor justo dos instrumentos baseados em ações relevantes, determinados nas datas de mensuração relevantes. O Itaú Unibanco Holding adotou o IFRS 2 para todos os pagamentos baseados em ações, já que já divulgou o valor justo dos instrumentos relevantes.

Contratos de seguros

O IFRS 1 permite que companhias que emitem contratos de seguros mudem certas políticas contábeis de seguros na data de transição para IFRS, desde que alguns procedimentos mínimos sejam observados. O Itaú Unibanco Holding decidiu não modificar suas políticas contábeis para contratos de seguros, porém aplicou os requerimentos mínimos do IFRS 4, incluindo classificação de contratos como contratos de seguros ou contratos de investimento (conforme definido pelo IAS 39 e IFRS 4) e os testes mínimos de adequação de passivos de contratos de seguros como definido pelo IFRS 4, conforme descrito em maiores detalhes na Nota 2.4.n.

Obrigações decorrentes da desativação, restauração de ativos e passivos similares

O IFRIC 1 - “Changes in Existing Decommissioning, Restoration and Similar Liabilities” requer mudanças específicas em desativação, restauração ou passivos similares. Uma entidade que aplica o IFRS pela primeira vez, não precisa cumprir estes requerimentos para mudanças que ocorreram antes da data de transição para IFRS. Esta isenção não gerou impacto para o Itaú Unibanco Holding.

Arrendamento mercantil

Uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez pode optar pela aplicação das regras de transição específicas do IFRIC 4 - “Determining Whether an Arrangement Contains a Lease” podendo determinar se um contrato de leasing existe na data de transição para IFRS com base nos fatos e circunstâncias existentes na data de transição. A aplicação do IFRIC 4 não gerou impacto para o Itaú Unibanco Holding na data de transição para IFRS, uma vez que não foram identificados contratos que deveriam ser contabilizados como um contrato de arrendamento mercantil, segundo o IFRIC 4.

Mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição

O IFRS 1 determina que uma entidade deva aplicar requerimentos específicos do IAS 39 para mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição para IFRS. O IAS 39 requer que técnicas de avaliação de ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo incorporem todos os fatores que um participante de mercado consideraria na determinação de preço quando utilizam-se metodologias consistentes e aceitas economicamente para a precificação de tais instrumentos. Adicionalmente, o IAS 39 estabelece as regras para situações nas quais uma entidade pode vir a reconhecer um ganho ou perda inicial na contratação de um ativo ou passivo financeiro (“day one profits”). Como consequência deste requerimento, o IAS 39 requer que um ganho ou perda gerado na contratação inicial ou mudanças subsequentes do valor justo de um instrumento financeiro, somente fossem reconhecidos caso a metodologia de cálculo de valor justo incluísse dados e cotações observáveis diretamente no mercado na data de avaliação do valor justo.

O IFRS 1 requer que estes critérios sejam obrigatoriamente aplicados prospectivamente para transações com instrumentos financeiros ativos ou passivos iniciadas após 25 de outubro de 2002 ou prospectivamente para transações iniciadas após 1º de janeiro de 2004.

Custo de empréstimos

O IFRS permite à entidade que o aplica pela primeira vez, adotar o IAS 23 aos custos de empréstimos relacionados aos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é a mesma ou posterior à data de transição (01/01/2010), ou designar uma data anterior à data de transição e aplicar o IAS 23 aos custos de empréstimos relacionados aos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização seja a mesma ou posterior àquela data. O Itaú Unibanco Holding não adotou esta isenção.

“Desreconhecimento” de ativos e passivos financeiros

O IFRS 1 requer que uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez aplique as regras de “desreconhecimento” (“asset derecognition” como definido pelo IAS 39) de ativos e passivos financeiros prospectivamente para transações ocorridas após 1º de janeiro de 2004. Consequentemente, caso o Itaú Unibanco Holding tivesse “desreconhecido”, de acordo com o BRGAAP, um ativo ou passivo financeiro não derivativo como resultado de uma transação ocorrida antes de 1º de janeiro de 2004, não poderia voltar a reconhecer esse ativo ou passivo na transição para o IFRS. Adicionalmente, o IFRS 1 permite a aplicação das normas de “desreconhecimento” de ativos e passivos financeiros retrospectivamente, em uma data escolhida pela entidade, desde que as informações necessárias para aplicar tais normas tivessem sido obtidas na data de registro da transação que deu origem ao “desreconhecimento”. Esta isenção não gerou impactos para o Itaú Unibanco Holding, pois nenhum ativo ou passivo significativo foi desreconhecido no BRGAAP.

“Hedge” Contábil (“Hedge Accounting”)

O IAS 39 requer a avaliação de todos os instrumentos financeiros derivativos a valor justo, bem como a eliminação de ganhos ou perdas diferidos, reconhecidos (ou diferidos) como ativos ou passivos pelo GAAP anterior ao IFRS. Adicionalmente, uma entidade não deve aplicar hedge contábil (“hedge accounting” conforme definido pelo IAS 39) em seu balanço patrimonial consolidado na data de transição caso este “hedge” não se qualifique como “hedge” segundo o IAS 39. Como resultado desta exigência não foi aplicado o “hedge accounting” para fins de IFRS na data de transição em certas relações de hedge que atendem os critérios para “hedge accounting” no BRGAAP, mas não atendem todas as exigências do IAS 39 em tal data.

Estimativas

O IFRS 1 requer que as estimativas usadas pela administração para fins de IFRS na data de transição estejam consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com o GAAP anterior, a menos que haja evidência de erros na preparação das estimativas no GAAP anterior em comparação ao IFRS. Adicionalmente, caso a Administração obtenha uma informação após a data de transição para o IFRS que impacte estimativas que tinham sido feitas de acordo com BRGAAP, ela deveria tratar esta informação como um evento posterior à data do balanço, e seguir o tratamento contábil do IAS 10. O IAS 10 é aplicável para o balanço patrimonial consolidado de abertura e para períodos comparativos apresentados na preparação da primeira demonstração contábil em IFRS de uma entidade, se houver. O Itaú Unibanco Holding considerou as estimativas utilizadas para BRGAAP consistentes com as estimativas utilizadas na data de transição para IFRS e, portanto, não houve mudanças de estimativas devido à existência de informações obtidas em data subsequente à de transição que requeressem algum ajuste nas estimativas para fins de IFRS.

Participações não controladoras

O IFRS 1 requer que a entidade que aplica IFRS pela primeira vez aplique alguns requisitos do IAS 27 prospectivamente à data de transição. Contudo, esses requisitos não geraram impacto para o Itaú Unibanco Holding.

RECONCILIAÇÃO ENTRE BRGAAP E IFRS APLICÁVEIS AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING EM 01 DE JANEIRO DE 2010 E AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E LUCRO LÍQUIDO DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

	Referência	31/03/2011	31/03/2010	01/01/2010	01/01 a	01/01 a
		Patrimônio Líquido			31/03/2011 31/03/2010	
De acordo com o BRGAAP (patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora excluindo-se participações não controladoras)		63.731	52.975	50.683	3.530	3.234
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BRGAAP e IFRS		3.920	7.430	6.833	(57)	(146)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	a	2.295	3.080	3.443	271	(378)
Reconhecimento da totalidade de crédito tributário	b	1.527	2.274	2.367	(185)	(91)
Planos de pensão e saúde	c	-	1.337	1.410	-	(72)
Ajuste a mercado de ações	d	953	789	970	-	-
Aquisição de Participação na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	e	888	940	936	(9)	4
Provisão para gastos com a associação Itaú e Unibanco	f	-	684	844	-	(160)
Conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior	g	-	-	-	(40)	91
Provisão para dividendos a pagar não declarados	h	-	981	-	-	-
Outros ajustes	i	(105)	34	(272)	26	371
Imposto de renda e contribuição social sobre todos os ajustes IFRS	j	(1.638)	(2.689)	(2.865)	(120)	89
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores		67.651	60.405	57.516	3.473	3.088
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas não controladores		1.500	1.953	1.564	156	201
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores e não controladores		69.151	62.358	59.080	3.629	3.289
Ajustes que impactam o resultado abrangente						
Ativos Financeiros Disponível para a Venda					(240)	(63)
Hedge de Fluxo de Caixa					13	(13)
Variação Cambial de Investimentos no Exterior					54	(91)
Total					3.456	3.122

A adoção do IFRS não alterou o fluxo de caixa do Itaú Unibanco Holding uma vez que no BRGAAP nós já éramos requeridos a aplicar a norma brasileira equivalente ao IAS 7 e não há diferenças significativas na demonstração do fluxo de caixa preparada no BRGAAP e a demonstração do fluxo de caixa apresentada nessas demonstrações financeiras.

Sumário das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Está apresentada abaixo uma descrição das principais políticas contábeis aplicáveis ao Itaú Unibanco Holding que diferem significativamente em BRGAAP e IFRS e que são apresentadas nas reconciliações acima:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada considerando-se uma análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas seguindo as normas estabelecidas pelo BACEN. De acordo com essas normas, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP, a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador, mas uma provisão adicional pode ser reconhecida quando a provisão mínima é considerada insuficiente. A partir de 31 de dezembro de 2008, considerando o cenário econômico e as incertezas relacionadas, o critério para reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa adicional ao mínimo regulatório requerido foi revisado, incluindo uma provisão que considerava os riscos associados a um cenário mais pessimista. Durante 2009, houve uma melhora no cenário econômico causando uma redução na relação entre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a carteira de crédito. Em 2010, uma alteração no critério BRGAAP foi adotada que resultou em uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa. O critério foi adotado considerando-se as novas orientações de Basiléia III (ainda não aplicáveis), que determina que os efeitos anticíclicos devem ser incluídos.

O IAS 39 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável. Uma operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda de seu valor recuperável se existir evidência objetiva de redução ao valor recuperável como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial da operação de crédito (evento de perda) e este evento ou eventos tem impacto em seu fluxo de caixa futuro estimado e possa ser confiavelmente estimado.

A perda é mensurada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se perdas futuras de crédito que não ocorreram) descontados a taxa efetiva de juros original da operação de crédito.

Deve-se primeiramente avaliar individualmente se uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável existe para as operações que são significativas individualmente e individualmente ou coletivamente para as operações que não são significativas individualmente. Se não existir evidência objetiva para uma operação avaliada individualmente, significativa ou não, deve-se incluí-la em grupo de operações com características similares e avaliá-las coletivamente. Aquelas operações que são avaliadas individualmente e que para as quais uma perda é registrada não devem ser incluídas na avaliação coletiva.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores diferentes de provisão para créditos de liquidação duvidosa e em consequência o ajuste foi reconhecido.

b) Reconhecimento da totalidade de créditos tributários

Com base na Lei 11.727/2008, a alíquota da Contribuição Social (CSLL) para as pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e as instituições financeiras, foi majorada de 9% para 15%, para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/05/2008. Em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa à majoração de alíquota da Contribuição Social, impetrada em 26/06/2008 pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF, foram reconhecidos Créditos Tributários apenas até o limite do acréscimo em obrigações fiscais diferidas e desconsiderando-se o aumento da alíquota para 15%.

O IAS 12 determina que os créditos tributários devem ser mensurados usando-se substancialmente a alíquota efetiva. O IAS 12 também determina que os créditos tributários devem ser reconhecidos quando for provável que lucros futuros tributáveis serão gerados, possibilitando a compensação do ativo.

O Itaú Unibanco Holding reconheceu, nestas Demonstrações contábeis consolidadas, o estoque de crédito tributário referente à CSLL a alíquota de 15%.

c) Planos de pensão e de saúde

Até 31 de dezembro de 2009, no BRGAAP, não reconhecemos ativos resultantes entre a diferença do valor justo dos ativos de um plano e as obrigações atuariais. No BRGAAP, a determinação da superveniência de um plano é similar ao IFRS, no entanto, diferenças existiam no reconhecimento da superveniência do plano.

Os cálculos atuariais para determinados planos do Itaú Unibanco Holding resultaram em uma posição líquida positiva, para os quais foi reconhecido um ativo em linha com os requerimentos do IAS 19. Como o Itaú Unibanco Holding possui um benefício econômico disponível como reduções em contribuições futuras, este ativo foi reconhecido em 31 de dezembro de 2009, mensurado após levar em consideração o limite de um ativo de benefício definido, conforme requerido pelo IAS 19 e IFRIC 14.

A partir de 31 de dezembro 2010, o Itaú Unibanco Holding, de acordo com a Deliberação CVM Nº 600/09, passou a reconhecer como ativos a diferença, quando positiva, do valor justo dos ativos de um plano e as obrigações atuariais. A Deliberação CVM Nº 600/09 é equivalente ao IAS 19 e, portanto, a partir desta data este ajuste não se fez mais necessário.

d) Ajuste a mercado de ações e cotas

Para fins de BRGAAP, as ações e cotas que são classificadas como investimento permanente são contabilizadas ao custo histórico, sendo ajustadas somente por provisão para desvalorização quando da perda de valor. Ganhos de valor acima do custo de aquisição não são reconhecidos.

No IFRS, o Itaú Unibanco Holding classificou estas ações e cotas como ativos financeiros disponíveis para venda de acordo com o IAS 39 e as registrou ao seu valor justo estimado, com os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado.

e) Aquisição de participação em empresas não consolidadas – Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (PSIUPAR)

No BRGAAP, não há regra específica para o reconhecimento de transações onde uma subsidiária é trocada por uma empresa não consolidada. Esse tipo de transação é geralmente reconhecida a valores contábeis da subsidiária transferida.

No IFRS o pagamento recebido (participação na PSIUPAR adquirida em 30 de novembro de 2009) em conexão com a perda de controle de uma subsidiária é contabilizada pelo valor justo deste pagamento recebido.

Esta diferença na base de nossa participação na PSIUPAR é ajustada na reconciliação.

f) Provisão para gastos com a associação Itaú e Unibanco

Como consequência da associação com o Unibanco, uma provisão para cobrir os gastos com comunicação a clientes, adequação de sistemas e pessoal foi constituída no BRGAAP, uma vez que essa provisão podia ser razoavelmente estimada na data.

No IFRS, esta provisão não atendeu na data de transição aos requerimentos do IAS 19 e IAS 37 que são mais restritos que os requerimentos do BRGAAP e, portanto, foi revertida na data de transição nestas Demonstrações contábeis consolidadas. Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2010, esta provisão reconhecida no BRGAAP foi totalmente utilizada.

g) Conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior

O processo adotado pelo Itaú Unibanco Holding em BRGAAP para a conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior é similar aos requerimentos do IAS 21, exceto pelo fato de que as diferenças geradas no processo de conversão são registradas na demonstração do resultado. Consequentemente, em BRGAAP, não existe uma reserva específica no patrimônio líquido onde os ganhos ou perdas acumulados gerados na conversão de subsidiárias no exterior e empresas não consolidadas são reconhecidos.

Em IFRS, as diferenças apuradas na conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior são reportadas no Resultado abrangente acumulado.

h) Provisão para dividendos ainda não declarados

De acordo com o BRGAAP, as demonstrações contábeis do exercício devem reconhecer uma provisão para dividendos propostos pela Administração, mas ainda não aprovados pelos acionistas mesmo se os dividendos propostos excederem o dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto da empresa.

De acordo com o IAS 10 - *“Events After The Balance Sheet Date”*, se uma entidade declarar dividendos para pagamento de seus acionistas após a data-base, a mesma não pode contabilizar o valor desses dividendos como um passivo nas demonstrações contábeis do exercício.

Nestas demonstrações contábeis, o Itaú Unibanco Holding reverteu a provisão constituída no passivo de acordo com o BRGAAP, que excedeu os dividendos mínimos obrigatórios que não tinham sido declarados antes do final do exercício.

i) Outros Ajustes

Outras diferenças entre IFRS e BRGAAP foram reconhecidas, e não são materiais de forma individual ou agregada.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajustes IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação, não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS, quando aplicável.

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/03/2011	31/03/2010
Disponibilidades	11.824	10.998
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.807	5.290
Aplicações no Mercado Aberto	15.644	41.743
Total	33.275	58.031

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto superiores a 90 dias são de R\$ 6.784 (R\$ 8.930 em 31/03/2010) e R\$ 90.159 (R\$ 98.457 em 31/03/2010), respectivamente.

NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países onde o Itaú Unibanco Holding opera exigem que as Instituições Financeiras, inclusive o Itaú Unibanco Holding, depositem determinados recursos. No caso do Brasil, adquiram e mantenham Títulos Públicos Federais Brasileiros. A tabela a seguir resume os Depósitos Compulsórios, segundo seu tipo e montantes:

	31/03/2011	31/03/2010
Não Remunerados	4.780	3.530
Remunerados	86.081	29.653
Total	90.861	33.183

NOTA 05 - APLICAÇÃO EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

	31/03/2011			31/03/2010		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.981	610	12.591	13.777	443	14.220
Aplicações no Mercado Aberto (*)	90.058	15.745	105.803	121.000	19.200	140.200
Total	102.039	16.355	118.394	134.777	19.643	154.420

(*) Inclui R\$ 9.992 (R\$ 9.419 em 31/03/2010) de ativos dados em garantia.

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2011			31/03/2010	
	Resultados não realizados			Valor Justo	Valor Justo
	Custo/ Custo Amortizado	Ganhos	Perdas		
Fundos de Investimento	1.734	49	(2)	1.781	2.444
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	86.328	79	(51)	86.356	35.334
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	615	16	(1)	630	124
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	242	2	(5)	239	639
Argentina	187	2	(4)	185	235
Estados Unidos	3	-	(1)	2	348
México	19	-	-	19	12
Chile	3	-	-	3	4
Uruguai	29	-	-	29	22
Outros	1	-	-	1	18
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	19.826	173	(49)	19.950	16.350
Ações Negociáveis	3.209	147	(37)	3.319	2.581
Certificado de Recebíveis Imobiliários	603	1	(9)	595	35
Certificado de Depósito Bancário	9.161	-	-	9.161	9.024
Debêntures	2.545	1	-	2.546	3.364
Euro Bonds e Assemelhados	2.250	24	(3)	2.271	1.345
Outros	2.058	-	-	2.058	1
TOTAL	108.745	319	(108)	108.956	54.891

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/03/2011 eram: a) R\$ 42.363 (R\$ 4.828 em 31/03/2010), b) R\$ 45 (R\$ 79 em 31/03/2010), c) R\$ 12 e d) R\$ 152 (R\$ 549 em 31/03/2010).

Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a	01/01 a
	31/03/2011	31/03/2010
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		
Ganhos	332	525
Perdas	(421)	(188)
Total	(89)	337

O custo/custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/03/2011		31/03/2010
	Custo/Custo amortizado	Valor Justo	Valor Justo
Circulante	45.329	45.516	20.462
Sem vencimento	4.945	5.101	5.028
Até um ano	40.384	40.415	15.434
Não Circulante	63.416	63.440	34.429
De um a cinco anos	54.682	54.737	30.767
De cinco a dez anos	6.847	6.821	2.317
Após dez anos	1.887	1.882	1.345
TOTAL	108.745	108.956	54.891

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 48.052. O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBl e VGBl, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2011			31/03/2010	
	Resultados não realizados			Valor Justo	Valor Justo
	Custo/ Custo Amortizado	Ganhos	Perdas		
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	139	8	-	147	227

Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Designados a Valor Justo através do Resultado		
Ganhos	6	6
Perdas	-	-
Total	6	6

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/03/2011		31/03/2010
	Custo/Custo amortizado	Valor justo	Valor justo
Não Circulante	139	147	227
Após dez anos	139	147	227

NOTA 07 – DERIVATIVOS

Negociamos Instrumentos Financeiros Derivativos com diversas contrapartes para administrar nossas exposições globais e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Instrumentos Financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Instrumentos Financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou Instrumentos Financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal com falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 17.388 (R\$ 7.339 em 31/03/2010) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação		Custo Amortizado	Ganhos / Perdas		Valor Justo	
	Valor Referencial			31/03/2011	31/03/2011	31/03/2011	31/03/2010
	31/03/2011	31/03/2010					
Contratos de futuros	299.729	248.802	1	(1)	-	-	186
Compromissos de Compra	89.311	87.315	(1)	46	45	17	17
Moeda Estrangeira	11.628	4.217	-	2	2	30	30
Mercado Interfinanceiro	63.280	67.764	-	3	3	4	4
Índices	12.494	13.938	(1)	10	9	(17)	(17)
Títulos	1.754	1.157	-	-	-	-	-
Commodities	155	239	-	31	31	-	-
Compromissos de Venda	210.418	161.487	2	(47)	(45)	169	169
Moeda Estrangeira	22.127	14.039	1	(20)	(19)	53	53
Mercado Interfinanceiro	152.279	113.116	(12)	-	(12)	12	12
Prefixados	7.443	-	-	-	-	-	-
Índices	25.082	28.214	13	(1)	12	96	96
Títulos	2.520	2.349	-	-	-	(1)	(1)
Commodities	967	3.759	-	(26)	(26)	9	9
Outros	-	10	-	-	-	-	-
Contratos de Swaps			766	240	1.006	191	191
Posição Ativa	73.830	67.898	2.802	461	3.263	2.482	2.482
Moeda Estrangeira	5.954	7.969	37	(3)	34	107	107
Mercado Interfinanceiro	37.147	27.055	1.595	116	1.711	1.015	1.015
Prefixados	10.234	12.857	213	84	297	360	360
Pós-Fixados	836	3.349	(2)	22	20	1	1
Índices	18.637	16.578	952	237	1.189	991	991
Títulos	183	9	3	(3)	-	3	3
Commodities	225	81	2	2	4	5	5
Outros	614	-	2	6	8	-	-
Posição Passiva	73.064	67.797	(2.036)	(221)	(2.257)	(2.291)	(2.291)
Moeda Estrangeira	10.421	10.790	(295)	9	(286)	(277)	(277)
Mercado Interfinanceiro	21.072	20.618	(351)	40	(311)	(596)	(596)
Prefixados	9.821	11.241	(109)	(156)	(265)	(304)	(304)
Pós-Fixados	2.860	8.323	(1)	(3)	(4)	(14)	(14)
Índices	27.040	16.660	(1.088)	(192)	(1.280)	(1.081)	(1.081)
Títulos	81	-	(3)	2	(1)	-	-
Commodities	167	124	(22)	(4)	(26)	(19)	(19)
Outros	1.602	41	(167)	83	(84)	-	-
Contratos de Opções	2.650.565	2.095.345	(260)	58	(202)	(32)	(32)
De Compra - Posição Comprada	829.953	596.170	1.078	(176)	902	758	758
Moeda Estrangeira	13.999	25.040	258	39	297	314	314
Mercado Interfinanceiro	685.939	486.181	467	(125)	342	189	189
Pós-Fixados	296	50	2	-	2	-	-
Índices	126.311	82.994	166	(138)	28	149	149
Títulos	3.078	1.431	168	32	200	71	71
Commodities	329	474	17	16	33	35	35
Outros	1	-	-	-	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	644.334	566.129	404	19	423	294	294
Moeda Estrangeira	11.865	14.788	157	2	159	174	174
Mercado Interfinanceiro	543.615	454.690	67	14	81	66	66
Prefixados	2	-	-	-	-	-	-
Pós-Fixados	345	-	1	(1)	-	-	-
Índices	84.912	95.101	66	(2)	64	32	32
Títulos	3.505	1.270	106	13	119	11	11
Commodities	89	280	7	(7)	-	11	11
Outros	1	-	-	-	-	-	-
De Compra - Posição Vendida	534.915	379.491	(1.191)	231	(960)	(986)	(986)
Moeda Estrangeira	11.386	22.247	(265)	6	(259)	(401)	(401)
Mercado Interfinanceiro	439.220	256.252	(506)	182	(324)	(292)	(292)
Prefixados	-	-	12	(16)	(4)	-	-
Índices	82.432	99.354	(352)	88	(264)	(234)	(234)
Títulos	1.772	1.429	(73)	(28)	(101)	(44)	(44)
Commodities	104	209	(7)	(1)	(8)	(15)	(15)
Outros	1	-	-	-	-	-	-
De Venda - Posição Vendida	641.363	553.555	(551)	(16)	(567)	(236)	(236)
Moeda Estrangeira	12.164	16.262	(290)	(33)	(323)	(336)	(336)
Mercado Interfinanceiro	546.589	470.421	(104)	(26)	(130)	(118)	(118)
Prefixados	2	-	(12)	17	5	-	-
Pós-Fixados	65	-	-	1	1	-	-
Índices	80.137	66.213	(52)	26	(26)	(60)	(60)
Títulos	2.263	534	(80)	(11)	(91)	282	282
Commodities	142	125	(13)	10	(3)	(4)	(4)
Outros	1	-	-	-	-	-	-
Contratos a Termo	15.146	2.988	1.610	20	1.630	397	397
Compras a Receber	1.988	1.289	1.782	-	1.782	1.404	1.404
Moeda Estrangeira	159	-	41	-	41	-	-
Prefixados	1.105	416	1.103	-	1.103	532	532
Pós-Fixados	613	873	613	-	613	872	872
Títulos	6	-	-	-	-	-	-
Commodities	105	-	25	-	25	-	-
Obrigações por Compra a Pagar	6.240	53	(2.225)	23	(2.202)	(1.288)	(1.288)
Moeda Estrangeira	5.775	-	(483)	21	(462)	-	-
Mercado Interfinanceiro	144	53	-	-	-	-	-
Prefixados	-	-	(1.104)	-	(1.104)	(416)	(416)
Pós-Fixados	-	-	(613)	-	(613)	(872)	(872)
Títulos	21	-	(1)	1	-	-	-
Commodities	300	-	(24)	1	(23)	-	-
Vendas a Receber	6.401	1.646	2.819	(4)	2.815	1.643	1.643
Moeda Estrangeira	3.735	-	195	(1)	194	-	-
Prefixados	622	780	622	-	622	781	781
Pós-Fixados	115	581	115	-	115	581	581
Índices	2	-	2	-	2	-	-
Títulos	1.918	285	1.883	(2)	1.881	281	281
Commodities	9	-	2	(1)	1	-	-
Obrigações por Venda a Entregar	517	-	(766)	1	(765)	(1.362)	(1.362)
Moeda Estrangeira	469	-	(10)	1	(9)	-	-
Prefixados	-	-	(624)	-	(624)	(781)	(781)
Pós-Fixados	-	-	(115)	-	(115)	(581)	(581)
Commodities	48	-	(17)	-	(17)	-	-

	Conta de Compensação Valor Referencial		Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo	
	31/03/2011	31/03/2010			31/03/2011	31/03/2011
Derivativos de Crédito	5.516	4.380	117	2	119	(128)
Posição Ativa	2.552	1.531	223	(18)	205	16
Moeda Estrangeira	22	89	5	-	5	2
Prefixados	2.009	1.405	217	(21)	196	13
Índices	-	2	-	-	-	-
Títulos	521	35	1	3	4	1
Posição Passiva	2.964	2.849	(106)	20	(86)	(144)
Moeda Estrangeira	64	-	-	(2)	(2)	(1)
Mercado Interfinanceiro	-	50	-	-	-	-
Prefixados	2.483	2.789	(106)	25	(81)	(142)
Títulos	417	10	-	(3)	(3)	(1)
Operações de Forwards	22.722	25.387	(470)	-	(470)	(126)
Posição Ativa	6.941	12.862	146	-	146	396
Moeda Estrangeira	6.443	11.847	138	-	138	371
Prefixados	-	243	-	-	-	14
Pós-Fixados	498	544	8	-	8	5
Índices	-	114	-	-	-	2
Commodities	-	114	-	-	-	4
Posição Passiva	15.781	12.525	(616)	-	(616)	(522)
Moeda Estrangeira	15.447	11.746	(612)	-	(612)	(470)
Mercado Interfinanceiro	26	7	(1)	-	(1)	-
Prefixados	-	75	-	-	-	(6)
Pós-Fixados	267	356	(3)	-	(3)	(4)
Índices	41	142	-	-	-	(2)
Commodities	-	199	-	-	-	(40)
Swap com Verificação	6	1.124	-	-	-	(88)
Posição Ativa	3	547	-	-	-	2
Moeda Estrangeira	-	348	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	3	160	-	-	-	2
Prefixados	-	39	-	-	-	-
Posição Passiva	3	577	-	-	-	(90)
Moeda Estrangeira	-	325	-	-	-	(60)
Mercado Interfinanceiro	3	234	-	-	-	(30)
Prefixados	-	18	-	-	-	-
Verificação de Swap - Moeda Estrangeira	12	2.763	-	-	-	52
Posição Ativa	12	2.084	-	-	-	170
Moeda Estrangeira	12	2.082	-	-	-	170
Índices	-	2	-	-	-	-
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	-	679	-	-	-	(118)
Outros Instrumentos Financeiros	4.502	2.598	591	(100)	491	285
Posição Ativa	3.258	2.589	765	(71)	694	525
Moeda Estrangeira	255	203	184	6	190	234
Prefixados	682	383	378	2	380	205
Pós-Fixados	-	-	-	(2)	(2)	-
Títulos	2.321	2.003	203	(77)	126	86
Posição Passiva	1.244	9	(174)	(29)	(203)	(240)
Moeda Estrangeira	358	-	(160)	(23)	(183)	(231)
Prefixados	163	9	(14)	(6)	(20)	(9)
Índices	-	-	64	-	64	-
Títulos	720	-	(64)	-	(64)	-
Commodities	3	-	-	-	-	-
		ATIVO	10.019	211	10.230	7.876
		PASSIVO	(7.665)	9	(7.656)	(7.277)
		TOTAL	2.354	220	2.574	599

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/03/2011	31/03/2010
Futuros	41.594	140.092	62.299	55.744	299.729	248.802
Swaps	1.950	16.478	13.078	39.522	71.028	66.091
Opções	515.248	1.664.262	463.348	7.707	2.650.565	2.095.345
Termo	2.592	6.355	3.856	2.343	15.146	2.988
Derivativos de Crédito	427	964	475	3.650	5.516	4.380
Forwards	8.899	7.282	4.009	2.532	22.722	25.387
Swaps com Verificação	-	3	-	-	3	519
Verificação de Swap	3	9	-	-	12	2.763
Outros	338	944	161	3.059	4.502	2.598

Abaixo, composição dos Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/03/2011						31/03/2010		
ATIVO	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima 720	Valor Justo
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	186
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-	185
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Prêmios de Opções	1.325	12,8	240	151	485	447	(4)	6	1.052
BM&F Bovespa	867	8,4	179	44	316	373	(45)	-	779
Instituições Financeiras	434	4,2	51	99	166	71	41	6	222
Empresas	24	0,2	10	8	3	3	-	-	51
Operações a Termo	4.597	45,0	824	1.659	133	476	137	1.368	3.047
BM&F Bovespa	1.883	18,4	288	1.432	92	71	-	-	282
Instituições Financeiras	527	5,2	499	27	1	-	-	-	951
Empresas	2.187	21,4	37	200	40	405	137	1.368	1.814
Swaps - Ajuste a Receber	3.263	31,9	71	246	403	825	536	1.182	2.482
BM&F Bovespa	339	3,3	-	24	25	75	68	147	358
Instituições Financeiras	405	4,0	3	26	73	54	43	206	671
Empresas	2.500	24,4	67	190	295	694	426	828	1.415
Pessoas Físicas	19	0,2	1	6	10	2	(1)	1	38
Derivativos de Crédito	205	2,0	1	13	1	-	2	188	16
Instituições Financeiras	29	0,3	1	13	1	-	2	12	16
Empresas	176	1,7	-	-	-	-	-	176	-
Forwards	146	1,5	33	33	30	40	3	7	396
Instituições Financeiras	88	0,9	24	20	17	23	-	4	181
Empresas	58	0,6	9	13	13	17	3	3	214
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Swaps com Verificação	-	-	-	-	-	-	-	-	172
Swaps - Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Verificação de Swap - Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	170
Outros - Instituições Financeiras	694	6,8	181	196	122	1	19	175	525
Total	10.230	100,0	1.350	2.298	1.174	1.789	693	2.926	7.876
% por prazo de vencimento			13,2%	22,5%	11,5%	17,5%	6,8%	28,6%	100,0%

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ 6.611 (R\$ 4.284 em 31/03/2010) refere-se a circulante e R\$ 3.619 (R\$ 3.592 em 31/03/2010) não circulante.

	31/03/2011						31/03/2010		
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima 720 dias	Valor Justo
PASSIVO									
Futuros									
BM&F Bovespa	-	-	7	13	(20)	(2)	6	(4)	-
Instituições Financeiras	(8)	0,1	6	10	(8)	(1)	(10)	(5)	-
Empresas	3	-	-	2	(14)	(1)	15	1	-
	5	(0,1)	1	1	2	-	1	-	-
Prêmios de Opções									
BM&F Bovespa	(1.527)	20,0	(143)	(179)	(558)	(442)	(185)	(20)	(1.222)
Instituições Financeiras	(1.050)	13,7	(67)	(75)	(509)	(269)	(130)	-	(1.007)
Empresas	(449)	5,9	(61)	(100)	(48)	(165)	(55)	(20)	(480)
	(28)	0,4	(15)	(4)	(1)	(8)	-	-	265
Operações a Termo									
Instituições Financeiras	(2.967)	38,8	(477)	(256)	(86)	(534)	(183)	(1.431)	(2.650)
Empresas	(480)	6,3	(432)	(4)	(1)	(40)	(3)	-	(835)
	(2.487)	32,5	(45)	(252)	(85)	(494)	(180)	(1.431)	(1.815)
Swaps - Ajuste a Pagar									
BM&F Bovespa	(2.257)	29,5	(41)	(118)	(173)	(534)	(548)	(843)	(2.291)
Instituições Financeiras	(512)	6,7	(14)	(44)	(17)	(92)	(137)	(208)	(477)
Empresas	(272)	3,6	-	14	(44)	(26)	(24)	(192)	(774)
	(1.416)	18,5	(25)	(77)	(95)	(394)	(382)	(443)	(1.006)
Pessoas Físicas	(57)	0,7	(2)	(11)	(17)	(22)	(5)	-	(34)
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras									
Forwards									
Instituições Financeiras	(86)	1,1	-	(4)	(7)	(2)	(2)	(71)	(144)
Empresas	(616)	8,1	(72)	(88)	(167)	(151)	(86)	(52)	(522)
	(534)	7,0	(64)	(78)	(118)	(142)	(81)	(51)	(145)
Pessoas Físicas	(82)	1,1	(8)	(10)	(49)	(9)	(5)	(1)	(376)
Swaps com Verificação									
Swaps - Empresas									
Verificação de Swap - Moeda Estrangeira									
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	(208)
Outros									
BM&F Bovespa	(203)	2,5	65	(27)	(71)	(2)	(22)	(146)	(240)
Instituições Financeiras	64	(0,8)	64	-	-	-	-	-	-
Empresas	(267)	3,3	1	(27)	(71)	(2)	(22)	(146)	(232)
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Total	(7.656)	100,0	(661)	(659)	(1.082)	(1.667)	(1.020)	(2.567)	(7.277)
% por prazo de vencimento			8,6%	8,6%	14,1%	21,8%	13,3%	33,5%	100,0%

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ (4.069) (R\$ (3.882) em 31/03/2010) refere-se a circulante e R\$ (3.587) (R\$ (3.395) em 31/03/2010) não circulante.

Ganhos e Perdas Realizados e não Realizado na Carteira de Derivativos

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Swap	294	(63)
Termo	70	1
Futuro	72	24
Opções	240	(35)
Derivativos de Crédito	35	(6)
Outros	(521)	(49)
Total	190	(128)

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Itaú Unibanco Holding compra e vende proteção de crédito, predominantemente relacionadas a títulos do governo Brasileiro e títulos privados de empresas Brasileiras, visando atender as necessidades de nossos clientes. Quando vendemos proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito onde somos vendedores de proteção são *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 31 de março de 2011 o Itaú Unibanco Holding não vendeu proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber, do vendedor da proteção, o valor equivalente à diferença entre valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos em troca de fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual vendemos proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

	31/03/2011					31/03/2010	
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo	Valor Justo	
Por Instrumento							
CDS	2.956	719	803	1.141	293	(79)	(144)
TRS	8	-	-	8	-	(7)	-
Total por Instrumento	2.964	719	803	1.149	293	(86)	(144)
Por Classificação de Risco							
Grau de Investimento	2.964	719	803	1.149	293	(86)	(144)
Total por Risco	2.964	719	803	1.149	293	(86)	(144)
Por Entidade de Referência							
Entidades Privadas	2.964	719	803	1.149	293	(86)	(144)
Total por Entidade	2.964	719	803	1.149	293	(86)	(144)

Avaliamos o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). Acreditamos, com base na nossa experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor notional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, não incorremos em nenhum evento de perda relativo a quaisquer contratos de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nacional dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o Itaú Unibanco Holding atua como vendedor da proteção.

	31/03/2011		31/03/2010	
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida	Posição Líquida
CDS	(2.956)	2.128	(828)	(1.320)
TRS	(8)	424	416	2
Total	(2.964)	2.552	(412)	(1.318)

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O Hedge contábil varia dependendo da natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem se qualificar como instrumento de hedge, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixas futuros de pagamentos de juros, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de futuros DI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a certos passivos pós fixados, denominados em reais, e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuro DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Os montantes sempre são considerados como valores nominais.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre USD X REAL. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a MOEDA FUNCIONAL X USD.

Nossas estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

O Itaú Unibanco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações nos CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Itaú Unibanco Holding adota o método do derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança, no valor justo do derivativo hipotético, é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (Hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2012 e 2015, que é o período em que os pagamentos de fluxo de caixa são esperados que ocorram e afetem a demonstração do resultado.

Nossas estratégias de investimento líquido no exterior consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior, em relação à moeda funcional da matriz.

O Itaú Unibanco aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em BRL (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e BRL.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Itaú Unibanco Holding adota o Dollar Offset Method. O Dollar Offset Method é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2011, sendo que o vencimento dos derivativos ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em que espera-se que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais

Derivativos utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	Outro Ganho ou (Perda) reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	44	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	5
Swap de Taxa de Juros	13	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-

(*) Em 31 Março de 2011, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 1

Derivativos utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DI	179	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	3
Forward	(185)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(9)
NDF	(4)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	6

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos derivativos e o valor contábil do objeto

Estratégias	Derivativos		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de depósitos e operações compromissadas	43.264	(7)	41.400
Hedge de ações preferências resgatáveis	640	(14)	640
Hedge de CDB subordinado	87	-	109
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	6.304	6	3.606

Com a intenção de alongar os passivos de CDBs subordinados, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING descontinuou parcialmente operações de Hedge de CDB Subordinado realizando uma rolagem da dívida (liquidação da operação anterior e emissão de uma nova operação), gerando um efeito no resultado (receita) de R\$ 3.

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Valor Justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2011			31/03/2010	
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Valor Justo
		Ganhos	Perdas		
Fundos de Investimento	704	15	-	719	872
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	8.379	82	3	8.464	9.971
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	5.122	167	(63)	5.226	1.797
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	6.508	(13)	(242)	6.253	7.336
Portugal	-	-	-	-	25
Argentina	85	3	(2)	86	1
Estados Unidos	670	-	-	670	18
Dinamarca	3.713	(17)	(147)	3.549	1.466
Espanha	784	-	(56)	728	1.468
Coréia	294	-	(6)	288	2.050
Chile	426	1	(3)	424	1.197
Paraguai	419	-	(28)	391	444
Uruguai	117	-	-	117	667
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	21.763	1.984	(717)	23.030	17.404
Ações Negociáveis	3.832	1.174	(147)	4.859	4.451
Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.109	652	(556)	7.205	4.560
Certificado de Depósito Bancário	556	-	-	556	103
Debêntures	6.070	43	(3)	6.110	4.608
Euro Bonds e Assemelhados	3.220	115	(11)	3.324	1.913
Notas Promissórias	962	-	-	962	1.734
Outros	14	-	-	14	35
TOTAL	42.476	2.235	(1.019)	43.692	37.380

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/03/2011 eram: a) R\$ 1.287 (R\$ 2.722 em 31/03/2010), b) R\$ 3.581 (R\$ 312 em 31/03/2010) e c) R\$ 1.303 (R\$ 1.160 em 31/03/2010).

Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ganhos	217	105
Perdas	(33)	(16)
Total	184	89

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/03/2011		31/03/2010	
	Custo/ Custo Amortizado	Valor Justo	Valor Justo	Valor Justo
Circulante	15.896	16.864	16.864	21.182
Sem vencimento	4.531	5.574	5.574	5.320
Até um ano	11.365	11.290	11.290	15.862
Não Circulante	26.580	26.828	26.828	16.198
De um a cinco anos	12.975	13.374	13.374	8.829
De cinco a dez anos	7.041	6.958	6.958	3.522
Após dez anos	6.564	6.496	6.496	3.847
Total	42.476	43.692	43.692	37.380

Durante o período findo em 31/03/2011 não reconhecemos perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2011	31/03/2010
	Custo	Custo
	Amortizado	Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.719	2.069
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	220	242
Títulos Públicos - Outros Países (1a)	16	17
Títulos de Dívida de Empresas (1b)	161	238
Debêntures	32	47
Euro Bonds e Assemelhados	125	185
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4	6
Total	3.116	2.566

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/03/2011 eram: a) R\$ 146 e b) R\$ 116 (R\$ 127 em 31/03/2010).

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/03/2011	31/03/2010
	Custo	Custo
	Amortizado	Amortizado
Circulante	207	168
Até um ano	207	168
Não Circulante	2.909	2.398
De um a cinco anos	260	502
De cinco a dez anos	98	68
Após dez anos	2.551	1.828
Total	3.116	2.566

Durante o período findo em 31/03/2011 não reconhecemos Perda por Redução ao Valor Recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Crédito

Abaixo apresentamos a composição dos saldos de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, por tipo	31/03/2011	31/03/2010
Empréstimos e Títulos Descontados	126.648	104.221
Financiamentos	81.726	51.849
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.613	5.233
Financiamentos Imobiliários	17.881	11.895
Operações de Arrendamento Mercantil	34.988	46.680
Operações com Cartões de Crédito	34.003	27.954
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	3.099	3.137
Outros Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	35	296
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	303.993	251.265
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.944	19.792
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	284.049	231.473
Por setor do devedor	31/03/2011	31/03/2010
Setor Público	1.268	1.787
Indústria e Comércio	87.140	69.706
Serviços	62.650	49.927
Setor Primário	14.342	12.905
Outros Setores	2.441	2.017
Pessoa Física	136.152	114.923
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	303.993	251.265
Por vencimento	31/03/2011	31/03/2010
Vencidas a partir de 1 dia	12.656	12.611
A vencer até 3 meses	85.770	74.980
A vencer de 3 a 12 meses	78.067	66.634
A vencer acima de um ano	127.500	97.040
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	303.993	251.265
Por Concentração	31/03/2011	31/03/2010
Principal Devedor	1.854	1.120
10 Maiores Devedores	11.664	9.165
20 Maiores Devedores	18.539	15.370
50 Maiores Devedores	31.910	27.239
100 Maiores Devedores	43.306	37.584

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	31/03/2011	31/03/2010
Saldo Inicial	19.994	20.245
Constituição Líquida do Período	4.109	4.187
Baixas	(4.159)	(4.640)
Saldo Final	19.944	19.792

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade de nossos cliente:

	31/03/2011	31/03/2010
Setor Público	3	63
Indústria e Comércio	5.826	4.122
Serviços	2.998	2.268
Setor Primário	311	522
Outros Setores	123	88
Pessoa Física	10.683	12.729
Total	19.944	19.792

O Itaú Unibanco avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos. (Nota 2.4f VIII)

Demonstramos a seguir a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/03/2011	31/03/2010
Créditos Avaliados Individualmente	485	186
Créditos Avaliados Coletivamente	19.459	19.606

c) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

Apresentamos abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Financeiros por Vencimento:

	31/03/2011		31/03/2010	
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente	Valor Presente
Circulante	18.803	(1.338)	17.465	20.363
Até 1 ano	18.803	(1.338)	17.465	20.363
Não Circulante	25.507	(7.984)	17.523	26.317
Entre 1 e 5 anos	25.158	(7.859)	17.299	26.104
Acima de 5 anos	349	(125)	224	213
Total	44.310	(9.322)	34.988	46.680

NOTA 12 - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

a) Composição

	31/03/2011				31/03/2010					
	% de participação em 31/03/2011									
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a)	42,93	42,93	2.604	109	2.005	38	2.713	1.915	43	1.769
Banco BPI S.A. (b)	19,03	19,03	3.955	95	753	18	482	863	15	805
Serasa S.A.	16,14	16,14	1.530	43	247	7	-	255	15	-
Outros (c)	-	-	-	-	43	2	-	144	5	-
Total	-	-	-	-	3.048	65	-	3.177	78	-

(a) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 888 em 31 de março de 2011 e de R\$ 940 em 31 de março de 2010, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(b) O Itaú Unibanco Holding, de acordo com sua política contábil, efetuou teste de redução ao valor recuperável sobre seu investimento no BPI. O valor recuperável foi considerado como o valor em uso do investimento. Para mensurar o valor em uso foram utilizados métodos de valorização geralmente aceitos como o modelo de ROE sustentável para estimar o valor presente dos dividendos a serem recebidos descontados e concluiu não ser necessário reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável neste investimento.

(c) Inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (26,88% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (14,86% capital total e 24,81% capital votante).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/03/2011	31/03/2010
Total de Ativos	109.075	120.067
Total de Passivos	101.435	112.244
Total de Receitas	1.710	1.729
Total de Despesas	(1.478)	(1.502)

As investidas não possuem passivos contingentes aos quais o Itaú Unibanco Holding esteja significativamente exposto.

NOTA 13 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O Itaú Unibanco Holding é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido destes bens é de R\$ 280 (R\$ 126 em 31/03/2010).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/03/2011	31/03/2010
Circulante - Menos de 01 ano	175	77
Não Circulante - De 1 a 5 anos	106	49
Total de pagamento mínimos futuros	281	126
Juros futuro	1	-
Valor Presente	280	126

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O Itaú Unibanco Holding aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano eram os seguintes:

	31/03/2011	31/03/2010
Circulante	643	586
Até 1 ano	643	586
Não Circulante	3.170	2.828
De 1 a 5 anos	2.489	2.696
Mais de 5 anos	681	132
Total de Pagamento Mínimos Futuros	3.813	3.414

NOTA 14 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Saldo em 01/01/2011		Movimentações				Saldo em 31/03/2011		Saldo em 31/03/2010					
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO		4.475	(2.006)	2.469	49	-	(78)	1	4.487	(2.045)	2.442	4.273	(1.905)	2.368
Terrenos	-	1.045	-	1.045	-	-	-	4	1.050	-	1.050	1.041	-	1.041
Edificações	4	2.321	(1.522)	799	6	-	(25)	(8)	2.316	(1.544)	772	2.270	(1.454)	816
Benfeitorias	10	1.109	(484)	625	43	-	(53)	5	1.121	(501)	620	962	(451)	511
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		6.908	(4.576)	2.332	331	(19)	(204)	(1)	7.141	(4.702)	2.439	6.002	(4.127)	1.875
Instalações de Uso	10 a 20	770	(503)	267	33	-	(12)	8	817	(521)	296	776	(355)	421
Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20	862	(430)	432	47	(15)	(16)	(2)	878	(432)	446	730	(378)	352
Sistema Processamento de Dados (*)	20 a 50	4.746	(3.342)	1.404	243	(2)	(163)	(7)	4.912	(3.437)	1.475	3.994	(3.094)	900
Outros	10 a 20	530	(301)	229	8	(2)	(13)	-	534	(312)	222	502	(300)	202
TOTAL IMOBILIZADO		11.383	(6.582)	4.801	380	(19)	(282)	-	11.628	(6.747)	4.881	10.275	(6.032)	4.243

(*) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. O ativo é depreciado pelo método linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Esses contratos montam R\$ 226 em 31 março de 2011 (R\$ 35 em 31 de março de 2010).

NOTA 15 - ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)				Movimentações						31/03/2010			
	01/01/2011	01/01/2011	01/01/2011	01/01/2011	Aquisições	Distratos	Despesa de Amortização	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	(*)	2.415	(1.285)	1.130	32	(4)	(155)	(6)	2.388	(1.391)	997	2.432	(957)	1.475
Outros Ativos Intangíveis		2.768	(966)	1.802	186	-	(86)	(8)	2.879	(985)	1.894	2.568	(856)	1.712
Associação Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	(*)	1.170	(56)	1.114	1	-	(30)	1	1.156	(70)	1.086	1.089	(25)	1.064
Gastos com Aquisição de Software	20	1.327	(795)	532	127	-	(49)	(7)	1.410	(807)	603	1.187	(729)	458
Custo Softwares Desenvolvidos para Uso Interno	(*)	-	-	-	58	-	-	-	58	-	58	-	-	-
Direito de Administração de Fundos de Investimentos	10 a 20	262	(107)	155	-	-	(7)	(2)	247	(101)	146	281	(93)	188
Outros Ativos Intangíveis	10	9	(8)	1	-	-	-	-	8	(7)	1	11	(9)	2
INTANGÍVEL		5.183	(2.251)	2.932	218	(4)	(241)	(14)	5.267	(2.376)	2.891	5.000	(1.813)	3.187

(*) O prazo de amortização é de acordo com o prazo do contrato.

NOTA 16 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/03/2011			31/03/2010		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Depósitos Remunerados	120.283	58.963	179.246	93.710	66.144	159.854
Depósitos a Prazo	57.685	58.702	116.387	40.964	65.982	106.946
Depósitos Interfinanceiros	2.653	261	2.914	1.538	162	1.700
Depósitos para Investimento	948	-	948	1.123	-	1.123
Depósito de Poupança	58.997	-	58.997	50.085	-	50.085
Depósitos não Remunerados	24.676	-	24.676	23.752	-	23.752
Depósitos à Vista	24.443	-	24.443	23.591	-	23.591
Outros Depósitos	233	-	233	161	-	161
Total	144.959	58.963	203.922	117.462	66.144	183.606

NOTA 17 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2011	31/03/2010
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		
Notas Estruturadas	819	813
Total	819	813

O valor da variação dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ 6 (R\$ 400 em 31/03/2010) mais do que o valor contratual até o vencimento.

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/03/2011 e 31/03/2010.

NOTA 18 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Mercados Aberto e Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/03/2011			31/03/2010		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Mercado Aberto	121.321	85.432	206.753	97.574	50.481	148.055
Interbancário	35.638	32.964	68.602	24.946	23.017	47.963
Letras Hipotecárias	38	233	271	147	340	487
Letras de Crédito Imobiliário	9.081	904	9.985	5.733	140	5.873
Letras de Crédito do Agronegócio	1.110	1.041	2.151	3.012	263	3.275
Letras Financeiras	-	3.910	3.910	-	-	-
Financiamento à Importação e à Exportação	15.278	2.879	18.157	9.939	3.864	13.803
Repasses no país	10.131	22.737	32.868	6.115	17.132	23.247
Outros	-	1.260	1.260	-	1.278	1.278

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	70% CDI a 17,35%	0,35% a 1,25%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,52%
Letras de Crédito Imobiliário	80% a 100,00% CDI	-
Letras Financeiras	105% a 106,5% CDI	-
Letras de Crédito do Agronegócio	20% a 100% CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	2,5%+LIBOR a 5,86%+LIBOR	1,25% a 12,75%
Repasses no País	1,50% a 14,10%	-

Em "Mercado Aberto", apresentamos nossos passivos em transações nas quais vendemos a vista, para clientes, títulos de dívida emitidos por nossas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e nos comprometemos a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados por nós. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 70% da taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a 17,35%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/03/2011			31/03/2010		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Dívida Subordinada	953	34.981	35.934	23	26.433	26.456
Obrigações por Emissão de Debêntures	55	1.011	1.066	556	2.178	2.734
Obrigações por TVM no Exterior	3.743	5.816	9.559	1.279	4.315	5.594
Total	4.751	41.808	46.559	1.858	32.926	34.784

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	100% do IPCA+ 6,95% a IGPM + 7,35%	3,04% a 10%
Obrigações por Emissão de Debêntures	101% a 108% CDI	-
Obrigações por TVM no Exterior	1,04% a 9,5%	1,26% a 13,75%

IGPM e IPCA são índices de inflação.

NOTA 19 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/03/2011	31/03/2010
Financeiros	36.383	27.080
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	12.895	9.053
Operações de Seguros e Resseguros	3.319	2.706
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	11.438	9.953
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	1.760	532
Negociação e Intermediação de Valores	2.689	1.748
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31c)	1.644	1.111
Serviços Prestados a Receber	1.910	1.214
Valores a Receber do (FCVS) - Fundo para Compensação de Variações Salariais	616	550
Operações sem Características de Concessão de Crédito	112	213
Não Financeiros	5.861	5.538
Despesas Antecipadas	2.745	2.702
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28b e c)	1.575	1.436
Diversos no País	817	602
Diversos no Exterior	128	126
Outros	596	672

b) Outros Passivos

	31/03/2011	31/03/2010
Financeiros	33.896	26.142
Operações com Cartões de Crédito	29.428	23.233
Carteira de Câmbio	1.182	311
Negociação e Intermediação de Valores	2.920	2.416
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 13a)	280	95
Recursos de Consorciados	86	87
Não Financeiros	21.465	17.089
Credores Diversos no País	868	693
Recursos em Trânsito	7.050	5.360
Provisão para Pagamentos Diversos	2.271	2.030
Sociais e Estatutárias	1.559	932
Relativas a Operações de Seguros	761	1.008
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.509	452
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 28b e d)	227	233
Provisão de Pessoal	1.075	911
Provisão para Seguro Saúde	610	599
Rendas Antecipadas	701	300
Outros	4.834	4.571

c) Outros Ativos e Outros Passivos segregados em Circulante e Não Circulante

	31/03/2011			31/03/2010		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Outros Ativos Financeiros	26.703	9.680	36.383	17.773	9.307	27.080
Outros Ativos não Financeiros	2.793	3.068	5.861	4.161	1.377	5.538
Outros Passivos Financeiros	33.874	22	33.896	26.118	24	26.142
Outros Passivos não Financeiros	21.238	227	21.465	16.855	234	17.089

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 4.570.936.219 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.289.286.475 ações ordinárias e 2.281.649.744 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 45.000 (R\$ 45.000 em 31/03/2010), sendo R\$ 31.635 (R\$ 30.877 em 31/03/2010) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 13.365 (R\$ 14.123 em 31/03/2010) de acionistas domiciliados no exterior.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no início e final do período:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País	2.286.135.621	918.287.035	3.204.422.656	
Residentes no Exterior	3.150.854	1.363.362.709	1.366.513.563	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	2.289.286.475	2.281.649.744	4.570.936.219	
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	2.202	26.566.015	26.568.217	(628)
Exercidas - Outorga de Opções - Simples e Bonificadas		(2.925.313)	(2.925.313)	
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações		(2.178.337)	(2.178.337)	120
Ações em Tesouraria em 31/03/2011 (*)	2.202	21.462.365	21.464.567	(508)
Em Circulação em 31/03/2011	2.289.284.273	2.260.187.379	4.549.471.652	
Em Circulação em 31/03/2010	2.289.284.273	2.241.959.802	4.531.244.075	

(*) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Custo / Valor de Mercado	Ordinárias	Preferenciais
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	9,65	23,66
Valor de Mercado em 31/03/2011	32,09	38,90

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,012 por ação. O valor por ação foi mantido conforme deliberado na AGO/E de 24/04/2009. No período foi creditado aos acionistas o valor de R\$ 109.

De acordo com o IAS 1 e IAS 10, os dividendos e juros sobre capital próprio propostos como mínimo obrigatório de 25% do lucro, antes de aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, estão provisionados e totalizam R\$ 574 – R\$ 0,1262 por ação.

c) Capital Adicional Integralizado

O capital adicional integralizado corresponde à: (i) diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações.

d) Reservas Integralizadas

	31/03/2011	31/03/2010
RESERVAS DE CAPITAL (1)	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
RESERVAS DE LUCROS	18.718	8.913
Legal (2)	3.397	2.865
Estatutárias	15.321	5.690
Equalização Dividendos (3)	2.751	2.210
Reforço do Capital de Giro (4)	5.712	1.761
Aumento de Capital de Empresas Participadas (5)	6.858	1.719
Lucros a Realizar (6)	-	358
Total das Reservas na Controladora	19.003	9.198

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade;

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas;

(6) Refere-se à parte excedente do dividendo mínimo obrigatório em relação à parcela realizada do lucro líquido do exercício de 2008, constituída de acordo com o artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Reservas à Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do Itaú Unibanco Holding.

NOTA 21 - PLANO PARA OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

a) Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo possui plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Este plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, através da outorga de opções de ações simples ou opções de sócios, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas na data do balanço de encerramento no exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, o "período de carência" para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar deste programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

b) Características dos Programas

I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco possuíam, antes da associação, Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa, eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de emissão das opções, facultado, ainda, ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o comitê designar. Não são mais outorgadas opções neste modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses referente aos últimos meses do exercício ao qual as opções se referem. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações ("Instrumentos Baseados em Ações"). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidas pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseado em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseados em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos de entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

Resumo da Movimentação do Plano

Nº	Outorga Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2010	Quantidade de Ações			Saldo a Exercer em 31/03/2011	Saldo a Exercer em 31/03/2010	
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Canceladas			
Opções Simples													
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,02	12,81	38,83	712.942	-	201.068	-	511.874	1.826.292	
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	12.650	-	12.650	-	-	12.650	
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,33	18,26	37,01	2.877.600	-	1.311.250	-	1.566.350	4.829.000	
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,33	18,26	37,01	27.500	-	27.500	-	-	27.500	
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,33	-	-	11.357	-	-	-	11.357	11.357	
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	16.389	-	16.389	-	-	343.651	
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,34	-	-	75.901	-	-	75.901	-	75.901	
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	-	29.518	
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,09	-	-	52.710	-	-	-	52.710	52.710	
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,29	-	-	12.650	-	-	-	12.650	25.300	
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	27,27	27,14	37,44	8.025.250	-	710.375	-	7.314.875	9.509.034	
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	27,27	-	-	15.867	-	-	-	15.867	15.867	
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	31,00	-	-	874.167	-	-	-	874.167	874.167	
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	35,44	-	-	75.901	-	-	-	75.901	75.901	
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	35,40	-	-	29.518	-	-	-	29.518	29.518	
Total de Opções a Exercer					20,52	37,34	12.849.920	-	2.279.232	105.419	10.465.269	17.738.366	
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	44,04	-	-	25.301	-	-	-	25.301	25.301	
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	28,09	-	-	52.707	-	-	-	52.707	52.707	
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	31,11	-	-	21.083	-	-	-	21.083	21.083	
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,72	34,72	36,57	8.546.975	-	269.500	33.550	8.243.925	9.582.825	
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,72	-	-	30.649	-	-	-	30.649	30.649	
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	34,72	-	-	45.954	-	-	-	45.954	45.954	
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	35,44	-	-	75.901	-	-	-	75.901	75.901	
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	35,40	-	-	29.514	-	-	-	29.514	29.514	
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	44,04	-	-	25.300	-	-	-	25.300	25.300	
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	35,82	-	-	29.551	-	-	-	29.551	29.551	
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	10.846.487	-	-	41.112	10.805.375	11.485.485	
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	20.625	-	-	-	20.625	20.625	
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	45.954	-	-	-	45.954	45.954	
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	44,04	-	-	25.300	-	-	-	25.300	25.300	
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,18	-	-	15.067.330	-	36.300	-	15.031.030	16.806.350	
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,18	-	-	45.954	-	-	-	45.954	45.954	
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	42,52	-	-	6.126.609	-	-	74.386	6.052.223	-	
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	42,52	-	-	1.206.340	-	-	7.556	1.198.784	-	
Total de Opções em Aberto					34,72	36,57	42.267.534	-	269.500	192.904	41.805.130	38.348.453	
Total de Opções Simples					22,02	37,26	55.117.454	-	2.548.732	298.323	52.270.399	56.086.819	
Opções dos Sócios													
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906	423.212	
Total de Opções a Exercer					-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906	423.212
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	490.624	-	-	5.359	485.265	502.189	
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	-	740.362	769.830	
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446	79.446	
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	4.436	324.745	342.479	
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474	33.474	
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	4.799	411.131	423.190	
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	-	376.916	-	
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	-	359.991	-	
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717	-	
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	5.358	484.768	502.164	
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	-	1.940.987	-	
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	-	1.585.541	-	
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	-	739.608	769.807	
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445	79.445	
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	-	376.876	-	
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	-	359.962	-	
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712	-	
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	-	1.940.951	-	
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	-	1.585.497	-	
Total de Opções em Aberto					-	-	8.789.308	3.171.038	-	19.952	11.940.394	3.502.024	
Total Opções dos Sócios					-	37,22	9.205.795	3.171.038	376.581	19.952	11.980.300	3.925.236	
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					22,02	37,25	64.323.249	3.171.038	2.925.313	318.275	64.250.699	60.012.055	

c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções utilizando o modelo Binomial para as opções simples. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M;

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do Itaú Unibanco Holding (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BOVESPA, na data base de cálculo;

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4;

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção;

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preço de fechamento da ação ITUB4, divulgada pela BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
Opções Bonificadas (*)								
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	33,85	2,97%	-	-
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	31,83	2,97%	-	-

(*) O valor justo das opções bonificadas é mensurado com referência ao valor justo da ação do Itaú Unibanco na data das outorgas.

d) Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado foi de R\$ 34 (R\$ 26 de 01/01 a 31/03/2010), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	135
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(120)
Efeito na Venda (*)	15

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

NOTA 22 - RECEITA E DESPESAS DE JUROS E RENDIMENTOS E GANHO (PERDA) LÍQUIDO COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Depósitos Compulsórios no Banco Central	2.064	178
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	198	216
Aplicações em Mercado Aberto	2.415	2.750
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	3.109	1.381
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	820	841
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	117	91
Operações de Crédito	13.535	11.806
Outros Ativos Financeiros	205	438
Total	22.463	17.701

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Despesas de Operações Compromissadas	(5.037)	(3.222)
Depósitos	(3.540)	(2.787)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(1.146)	(836)
Recursos de Mercados Interbancários	(620)	(825)
Recursos de Mercados Institucionais	(615)	(587)
Outros Passivos Financeiros	(44)	(34)
Total	(11.002)	(8.291)

c) Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação incluindo Derivativos	101	209
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	6	6
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	184	89
Total	291	304

NOTA 23 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Serviços de Contas Correntes	1.133	1.005
Taxas de Administração	669	619
Comissões de Cobrança	258	253
Comissões de Cartões de Crédito	1.685	1.479
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	339	355
Comissão de Corretagem	121	134
Outros	242	179
Total	4.447	4.024

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	19	19
Recuperação de Despesas	35	77
Descontos Obtidos	4	94
Reversão de Provisões	250	136
Outros	136	430
Total	444	756

NOTA 25 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Despesas de Pessoal	(3.187)	(2.978)
Remuneração	(2.061)	(1.734)
Encargos	(522)	(512)
Benefícios Sociais	(396)	(365)
Desligamentos	(197)	(193)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria (Nota 28)	38	(111)
Benefício Definido	39	(1.061)
Contribuição Definida	(1)	950
Plano de Opções de Ações	-	(26)
Treinamento	(49)	(37)
Despesas Administrativas	(2.893)	(2.575)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(824)	(715)
Serviços de Terceiros	(677)	(596)
Instalações	(184)	(200)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(220)	(204)
Despesas de Aluguéis	(227)	(214)
Transportes	(139)	(136)
Materiais	(108)	(82)
Despesas com Serviços Financeiros	(135)	(103)
Segurança	(121)	(101)
Concessionárias de Serviços Públicos	(81)	(74)
Despesas de Viagem	(40)	(29)
Outros	(137)	(121)
Depreciação	(282)	(247)
Amortização	(241)	(243)
Despesas de Comercialização de Seguros	(637)	(655)
Outras Despesas	(1.832)	(1.156)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(580)	(318)
Reembolso relativo à Aquisições	(90)	(49)
Perdas com fraudes com Terceiros	(155)	(120)
Prejuízo na venda de bens não de uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(34)	(66)
Liquidação de Contingências	(632)	(378)
Outros	(341)	(225)
Total	(9.072)	(7.854)

NOTA 26 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Itaú Unibanco Holding e cada uma de suas subsidiárias apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido, que é um tributo sobre o lucro adicional ao imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas Demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.375	4.360
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(2.150)	(1.744)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:	404	673
Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas, líquido	26	28
Variação Cambial de Ativos e Passivos no Exterior	(162)	146
Juros sobre o Capital Próprio	418	366
Dividendos, Juros sobre Títulos da Dívida Externa e Incent. Fiscais	71	87
Outras	51	46
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.746)	(1.071)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2011	31/03/2010
Refletido no Resultado	25.536	(3.452)	3.519	25.603	26.912
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	2.998	(350)	517	3.165	4.091
Créditos de Liquidação Duvidosa	10.423	(1.225)	1.709	10.907	9.860
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Derivativos	22	(22)	44	44	150
Ágio na Aquisição do Investimento	5.905	(498)	71	5.478	7.256
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.313	(56)	23	1.280	1.377
Provisões para Passivos Contingentes	<u>2.418</u>	<u>(261)</u>	<u>398</u>	<u>2.555</u>	<u>2.175</u>
Ações Cíveis	1.038	(64)	93	1.067	946
Ações Trabalhistas	884	(77)	97	904	867
Fiscais e Previdenciárias	462	(113)	208	557	261
Outros	34	(7)	-	27	101
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	47	(33)	2	16	84
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	242	-	1	243	239
Outros	2.168	(1.007)	754	1.915	1.680
Refletida no Patrimônio Líquido	132	(13)	15	134	67
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	132	(13)	15	134	67
Total (*)	25.668	(3.465)	3.534	25.737	26.979

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 19.193 (R\$ 20.519 em 31/03/2010) e R\$ 4.248 (R\$ 3.884 em 31/03/2010).

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2011	31/03/2010
Refletido no Resultado	10.403	(965)	769	10.207	9.869
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	8.295	(577)	534	8.252	7.992
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	43	-	17	60	36
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	43	(36)	-	7	48
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	264	(264)	128	128	134
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	701	(25)	59	735	617
Planos de Pensão	543	-	19	562	564
Outros	514	(63)	12	463	478
Refletida no Patrimônio Líquido	721	(140)	4	585	475
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	721	(140)	4	585	475
Total (*)	11.124	(1.105)	773	10.792	10.344

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 19.193 (R\$ 20.519 em 31/03/2010) e R\$ 4.248 (R\$ 3.884 em 31/03/2010).

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/03/2011, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários			Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total		
2011	7.563	926	8.489	(1.909)	6.580
2012	4.357	1.413	5.770	(2.354)	3.416
2013	4.198	457	4.655	(2.631)	2.024
2014	2.292	33	2.325	(1.757)	568
2015	2.346	28	2.374	(1.139)	1.235
Acima de 2015	1.816	308	2.124	(1.002)	1.122
Total	22.572	3.165	25.737	(10.792)	14.945
Valor Presente (*)	19.937	2.831	22.768	(9.328)	13.440

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

NOTA 27 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os anos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do Itaú Unibanco Holding pelo número médio de ações durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Lucro Líquido	3.473	3.088
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo nossos estatutos	(50)	(49)
Subtotal	3.423	3.039
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(50)	(50)
Subtotal	3.373	2.989
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	1.698	1.511
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.675	1.478
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	1.748	1.561
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.725	1.527
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.289.284.273	2.289.284.273
Ações Preferenciais	2.257.961.948	2.240.582.129
Lucro por Ação - Básico - R\$		
Ações Ordinárias	0,76	0,68
Ações Preferenciais	0,76	0,68

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.725	1.527
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	4	5
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	1.729	1.532
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	1.748	1.561
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	(4)	(5)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	1.744	1.556
Media Ponderada Ajustada de Ações		
Ações Ordinárias	2.289.284.273	2.289.284.273
Ações Preferenciais	2.269.757.891	2.256.987.723
Ações Preferenciais	2.257.961.948	2.240.582.129
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo nosso Plano de Outorga de Opções de Ações	11.795.943	16.405.594
Lucro por Ação Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,76	0,68
Ações Preferenciais	0,76	0,68

As ações potencialmente anti-dilutivas de nosso plano de opções de ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 4.331.646 ações preferenciais em 31/03/2011 e 597.591 ações preferenciais em 31/03/2010.

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do IAS 19, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Para os funcionários contratados após as referidas datas os mesmos contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaubanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) (4)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2)
Itaibank Sociedade de Previdência Privada	Plano de Aposentadoria Itaibank (3)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida;

(4) O Plano Itaubanco CD foi instituído em decorrência da cisão parcial do PAC e foi oferecido exclusivamente aos participantes deste plano, que não estejam recebendo benefício de aposentadoria pelo PAC. Os participantes que não ingressaram no Plano Itaubanco CD e os participantes assistidos do PAC permaneceram no referido plano, sem solução de continuidade, mantendo-se os direitos adquiridos. Conforme estabelecido no regulamento do Plano Itaubanco CD o prazo para transação e novação encerrou em 08/05/2010.

b) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2011	31/03/2010
Taxa de Desconto(1)	9,72% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	12,32 % a.a.	12,32% a.a.
Tábua de Mortalidade (2)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (3)	Exp.Itaú 2003/2004	Exp.Itaú 2003/2004
Crescimentos Salariais Futuros	7,12 % a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) Na apuração dos valores na data base 01/01/2010 adotou-se taxa de desconto de 10,24%a.a.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 1,2 % a.a. na experiência 2003/2004;

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

A principal diferença entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que os administram, é o método atuarial. Para esta finalidade é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, através da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição 31/03/2011	Posição 31/03/2010	% Alocação		
			31/03/2011	31/03/2010	Meta 2011
Títulos de Renda Fixa	9.984	8.303	87,31%	82,05%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	1.016	1.441	8,88%	14,24%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	12	14	0,10%	0,14%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	4	5	0,03%	0,05%	0% a 3%
Imóveis	395	333	3,45%	3,29%	0% a 4%
Empréstimos a participantes	25	24	0,23%	0,23%	0% a 5%
Total	11.436	10.120	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Plano de Benefício Definido incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 846 (R\$ 957 em 31/03/2010), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 337 (R\$ 300 em 31/03/2010).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas as expectativas retorno de 12 meses do mercado para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data do fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	31/03/2011	31/03/2010
1- Ativos Líquidos dos Planos	11.436	10.120
2- Passivos Atuariais	(9.992)	(8.718)
3- Superveniência (1-2)	1.444	1.402
4- Restrição do Ativo (*)	(1.155)	(1.084)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	289	318
Valor Reconhecido no Ativo	407	449
Valor Reconhecido no Passivo	(118)	(131)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	31/03/2011			31/03/2010		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	11.229	(9.871)	1.358	14.757	(11.180)	3.577
Efeitos Cisão Parcial do PAC (1)	-	-	-	(5.147)	2.710	(2.437)
Rendimentos Esperados dos Ativos(3)	337	-	337	445	-	445
Custo Serviço Corrente	-	(24)	(24)	-	(23)	(23)
Custo dos Juros	-	(235)	(235)	-	(282)	(282)
Benefícios Pagos	(138)	138	-	(133)	133	-
Contribuições Patrocinadora	6	-	6	8	-	8
Contribuições Participantes	2	-	2	8	-	8
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3)	-	-	-	182	(76)	106
Valor Presente Final do Período	11.436	(9.992)	1.444	10.120	(8.718)	1.402

(1) Corresponde ao efeito da cisão parcial do PAC e criação do Plano Itaubanco CD, cujo processo de migração resultou em redução e liquidação parcial das obrigações do PAC. O evento de redução que implicou na diminuição da obrigação e consequentemente dos passivos atuariais ocorreu em 31 de dezembro de 2009 e já se encontra ajustado no saldo de abertura (01 de janeiro de 2010). Em 31 de março de 2010, os participantes do PAC que optaram pela migração voluntária para o Plano Itaubanco CD tiveram todas as suas obrigações liquidadas pelo PAC por meio de um aporte inicial de ativos anteriormente detidos pelo PAC para as contas individuais correspondentes no Plano Itaubanco CD. O PAC não é mais responsável por quaisquer obrigações de benefícios de aposentadoria no âmbito do PAC referentes a esses participantes. Após a liquidação parcial do PAC, os ativos foram transferidos do PAC para o Plano Itaubanco CD.

(2) Os ganhos apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima da taxa de retorno esperada nos ativos.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 337 (R\$ 627 em 31/03/2010).

V- Total das Despesas reconhecidas no Resultado do Exercício

O total das Despesas reconhecidas nos Planos de Benefícios Definidos inclui os seguintes componentes para:

	31/03/2011	31/03/2010
Custo do Serviço Corrente	(24)	(23)
Custo de Juros	(235)	(282)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	337	445
Efeitos Cisão Parcial do PAC	-	(2.437)
Efeito na restrição do Ativo	(41)	1.122
Ganho/(Perda) no Período	-	106
Contribuições de Participantes	2	8
Total das Despesas reconhecidas no Resultado do Exercício	39	(1.061)

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 6 (R\$ 8 em 31/03/2010). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2011, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 37.

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido no ativo é de R\$ 1.168 (R\$1.078 em 31/03/2010).

O total das receitas reconhecidas nos Planos de Contribuição definidas inclui os seguintes componentes para:

	31/03/2011	31/03/2010
Efeito cisão parcial do PAC	-	1.477
Aportes/Contribuições	(24)	(15)
Ganho/Perda Atuarial	(61)	4
Efeito na Restrição do Ativo	84	(516)
Total das Receitas reconhecidas no Resultado do Exercício	(1)	950

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 35 (R\$ 23 em 31/03/2010), sendo R\$ 24 (R\$ 16 em 31/03/2010) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo Itaú Unibanco Holding, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do Itaú Unibanco Holding, são os seguintes:

	31/03/2011	31/03/2010
No Início do Período	(105)	(100)
Custo de Juros	(5)	(2)
Benefícios Pagos	1	1
No Final do Período	(109)	(101)

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	1	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	14	(11)

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

O Itaú Unibanco Holding, através de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Banco Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que gerará valor para os clientes e diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos observa a seguinte cadeia de eventos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica;
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança;
- Criação das parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novas implementações;
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência há ainda fluxos de abertura de fundos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e etapas de obtenção de aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para posterior comercialização. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada negócio. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do Conglomerado Itaú Unibanco. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O Itaú Unibanco Holding, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes, visa garantir a proteção dos bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado se garante de proteção através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras Itaú Unibanco Holding, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do Itaú Unibanco Holding se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Principais Ramos de Atuação	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Extensão de Garantia Patrimonial	16,5	22,2	46,2	84,8
Vida	35,8	29,6	10,4	10,3
Acidentes Pessoais	10,1	14,8	43,0	43,0
Prestamista	23,0	22,4	24,2	23,8
Riscos Diversos	5,7	13,6	60,5	49,3

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

Prêmios e Contribuições Retidas - ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2011	31/03/2010
VGBL	2.140	1.489
Extensão de Garantia	346	218
PGBL	341	290
Vida	286	301
Acidentes Pessoais	168	166
Prestamista	103	100
DPVAT	98	123
Tradicional	70	148
Riscos Diversos	39	51
Compreensivo Empresarial	30	17
Riscos Nomeados e Operacionais	28	45
Saúde	28	102
Doenças Graves ou Terminais (*)	18	-
Seguro Habitacional - Prestamista	18	11
Responsabilidade Civil Geral	14	14
Transporte Nacional	14	14
Auxílio Funeral (*)	14	-
Riscos de Petróleo	14	3
R.C.de ADM e Diretores (D O)	12	6
Transporte Internacional	11	16
Eventos Aleatórios	11	4
RC Transportador Rodoviário de Carga	10	10
Demais Ramos	56	59
	3.869	3.187

(*) Para 2011, os ramos já estão adequados à circular Susep nº 395 de 03/12/2009. Os ramos Doenças Graves ou Terminais e Auxílio Funeral, em 2010 eram alocados dentro do ramo Vida Individual.

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão e Pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada a insuficiência de prêmios ou contribuições e considera as tábuas biométricas de mortalidade geral AT-2000 Basic Male e AT-2000 Basic Female com improvement;
- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR** - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III – Movimentação das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões Técnicas das operações de seguros e previdência:

Provisões Técnicas de Seguros Ramos Elementares	Prêmios Não Ganhos	Sinistro a Liquidar	Sinistros Ocorridos e Não Avisados	31/03/2011	31/03/2010
Extensão de Garantia - Patrimonial	759	46	22	827	660
Vida em Grupo	484	252	147	883	756
Prestamista	271	49	33	353	281
Acidentes Pessoais Coletivo	230	59	30	319	269
Riscos Nomeados e Operacionais	170	547	35	752	465
Riscos Engenharia	116	77	5	198	183
Acidentes Pessoais Individual	59	37	16	112	118
Compreensivo Empresarial	68	31	17	116	134
Marítimo	37	52	20	109	71
Riscos de Petróleo	101	190	8	299	102
Responsabilidade Civil Geral	35	172	60	267	243
Riscos Diversos	21	44	66	131	125
Risco Civil de Adm e Diretores (D&O)	28	46	7	81	38
Aeronáuticos	35	89	10	134	204
Incêndio Tradicional	-	68	1	69	73
Demais Ramos	198	445	151	794	812
	2.612	2.204	628	5.444	4.534

De acordo com estudos atuarias foi constituída Provisões de Insuficiência de Prêmios no montante de R\$ 280 (R\$ 252 em 31/03/2010).

	Seguros Ramos Elementares	Previdência Privada	Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência	31/03/2011	31/03/2010
Saldo Inicial	5.484	18.296	33.062	56.842	47.945
(+) Adições decorrentes de prêmios/contribuições	3.436	408	2.126	5.970	4.632
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(3.289)	-	-	(3.289)	(2.597)
(-) Pagamento de sinistros/benefícios	(302)	(29)	(1)	(332)	(494)
(+) Sinistros Avisados	644	-	-	644	435
(-) Resgates	-	(244)	(838)	(1.082)	(1.014)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	75	11	86	(66)
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	-	424	708	1.132	825
(+/-) Outras (constituição/reversão)	(249)	26	10	(213)	(38)
Provisões de Seguros e Previdência Privada	5.724	18.956	35.078	59.758	49.628

De acordo com a nota 29f, foi constituída provisão adicional no montante de R\$ 22.

d) Despesa de Comercialização Diferida

As despesas de comercializações diferidas, basicamente, estão representadas pelas comissões retidas diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, conforme normas de cálculos vigentes. Abaixo segue a movimentação de saldos de despesas com comissões diferidas:

	Seguro	Resseguro	Total
Saldo em 01/01/2011	485	75	560
Aquisições do Período	220	1	221
Amortizações do Período	55	(1)	54
Saldo em 31/03/2011	760	75	835
Saldo a amortizar até 12 meses	175	75	250
Saldo a amortizar após 12 meses	585	-	585

	Seguro	Resseguro	Total
Saldo em 01/01/2010	510	59	569
Aquisições do Período	88	(47)	41
Amortizações do Período	(50)	2	(48)
Saldo em 31/03/2010	548	14	562
Saldo a amortizar até 12 meses	223	14	237
Saldo a amortizar após 12 meses	325	-	325

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do grupo ao final de cada fechamento anual. A parte superior da tabela abaixo ilustra como estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento anual de 31/12/2010.

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados							
Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros							2.398
Operações DPVAT							205
Resseguro, Retrocessão e Outras Estimativas							144
Total da Provisão							2.747
Data de Ocorrência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
No final do ano de divulgação	1.016	1.887	1.998	1.271	1.455	1.768	
1 ano depois	1.016	1.944	2.002	1.275	1.289		
2 anos depois	1.023	2.017	2.063	1.283			
3 anos depois	1.032	2.041	2.071				
4 anos depois	1.043	2.032					
5 anos depois	1.041						
Estimativa corrente	1.041	2.032	2.071	1.283	1.289	1.768	9.483
Pagamentos acumulados até a data base	985	1.940	1.931	1.083	864	677	7.478
Passivo reconhecido no balanço	57	92	140	200	425	1.091	2.005
Passivo em relação a anos anteriores a 2005							393
Total do passivo incluso no balanço							2.398

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Insurance Contracts a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo indicou a necessidade de um complemento de R\$ 22 nas provisões técnicas. O complemento requerido foi realizado em alguns planos tradicionais de previdência privada em fase de acumulação, representando apenas 0,6% de acréscimo nas provisões técnicas destes planos. Foram efetuados testes de sensibilidade nas estimativas correntes com variação positiva e negativa de 0,1% na taxa de juros livre de risco. O cenário com variação negativa de 0,1% apontou a necessidade de um complemento de R\$ 32. O cenário com variação positiva de 0,1% apontou R\$ 13.

As Premissas utilizadas foram:

- Taxa de juros livre de risco: obtida da curva de juros extrapolada dos títulos públicos, considerados sem risco de crédito, disponíveis no mercado financeiro brasileiro;
- Mortalidade, cancelamento, resgates parciais e conversões em renda são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representa as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes;
- Os critérios de agrupamento são baseados em homogeneidade de riscos.

g) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O Conglomerado Itaú Unibanco dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Nos produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme exemplo abaixo:

Agrupamento de Produtos	Prêmios de Seguros		Prêmio Retido		Retenção (%)	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Seguro de Vida e Acidentes Pessoais	555	475	456	471	82	99
Grandes Riscos	382	295	139	144	36	49
Prestamista	114	101	103	100	90	99
Extensão de Garantia Patrimonial	346	218	346	218	100	100
DPVAT	98	123	98	123	100	100
Riscos Diversos	79	119	51	62	51	52

h) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

• Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos da Seguradora com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

i) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição;
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência;
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência;
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição;
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência;
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição;
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pela instituição.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Responsável pela definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional;
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos supervisores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do Itaú Unibanco, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos da Seguradora

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que aborem todo o ciclo de subscrição;
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores;
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição;
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

VI-Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações demandadas devidamente conciliadas contabilmente;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos;
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração da empresa trabalha em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de “Asset Liability Management” para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

j) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

- Seguros

Variação nas taxas de câmbio pode afetar o resultado de seguros no caso de bens cujo valor de indenização sofre variação cambial. Pela legislação atual, a PPNG (Provisão de Prêmio não ganhos – tem a função de garantir a cobertura dos sinistros futuros) não sofre oscilação cambial. Uma seguradora pode efetuar o hedge contábil da operação, zerando a posição comprada em câmbio, mas está sujeito à variação cambial efetiva do bem segurado. Ao optar pelo hedge econômico, a empresa deve manter uma posição comprada em câmbio, gerando volatilidade no resultado contábil.

Variações nas taxas de juros não afetam o resultado de seguros.

- Previdência

Nos produtos FGB, durante o período de contribuição (acumulação de recursos) e durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos), há garantia mínima de rentabilidade de um indexador de preços mais taxa de juros. Caso os ativos garantidores tenham performance inferior à garantia mínima, a seguradora deverá complementar o valor acumulado.

No caso de produtos PGBL/VGBL, há garantia mínima apenas durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos).

É utilizado “Asset Liability Management” para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto.

Risco de Liquidez

No que diz respeito aos produtos de longo prazo com retornos mínimos garantidos, a subsidiária reavalia periodicamente o seu passivo sob a forma de fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados e mantém o gestor de ativos continuamente informado sobre suas necessidades regulares de caixa. Além disso, o acompanhamento contínuo da sua carteira de clientes permite à subsidiária antecipar eventuais movimentos atípicos de migração de reservas possibilitando planejar a geração de liquidez necessária a esses movimentos.

Risco de Crédito

Em relação às operações de resseguro, faz parte da política interna não haver concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detêm a maior parcela de nossas operações não excede 29% do total. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standart & Poors	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

k) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo as necessidades atuais da companhia mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito de preferência para as empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual de 40% deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

A companhia cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são apropriados no grupo de despesas antecipadas e realizados no grupo de outras despesas operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

a) Créditos das Operações de Resseguros

	31/03/2011	31/03/2010
Sinistros a Liquidar	1.062	939
Sinistros Ocorridos mas Não avisados	205	156
Adiantamento de Prêmios de Resseguro	10	(14)
Recuperação de Sinistros	142	74
Recuperação de Despesas de Comercialização	25	61
Outros Créditos de Resseguros	7	130
Total	1.451	1.346

b) Despesas de Resseguros Diferidos

	31/03/2011	31/03/2010
Prêmios não Ganhos	447	530
Total	447	530

c) Débitos das Operações de Resseguros

	31/03/2011	31/03/2010
Prêmios	225	331
Sinistros	1	1
Comercialização	(5)	3
Outros Débitos	9	-
Total	230	335

d) Receitas de Resseguros Diferidos

	31/03/2011	31/03/2010
Comissão de Resseguros	59	61
Total	59	61

l) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros e Previdência são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 (revogada pela LC 109/01), suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

m) Capital para a Atividade de Seguros

A SUSEP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador divulgou em 26/12/2006 as Resoluções CNSP nºs. 155 e 158, modificadas pelas Resoluções CNSP nºs. 178, de 28/12/2007 e 200, de 16/12/2008 e pela Circular nº 355 de 14/12/2007. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros.

É importante destacar que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido.

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/03/2011		31/03/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	102.685	102.685	44.181	44.181
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.591	12.598	14.220	14.250
Aplicações no Mercado Aberto	105.803	105.803	140.200	140.200
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	108.956	108.956	54.891	54.891
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	147	147	227	227
Derivativos (*)	10.230	10.230	7.876	7.876
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	43.692	43.692	37.380	37.380
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.116	3.693	2.566	2.964
Operações de Crédito	284.049	284.242	231.473	231.883
Outros Ativos Financeiros	36.383	36.383	27.080	27.080
Passivos Financeiros				
Depósitos	203.922	203.924	183.606	183.570
Captação no Mercado Aberto	206.753	206.753	148.055	148.055
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	819	819	813	813
Derivativos (*)	7.656	7.656	7.277	7.277
Recursos de Mercados Interbancários	68.602	68.552	47.963	47.950
Recursos de Mercados Institucionais	46.559	46.500	34.784	34.705
Passivos de Planos de Capitalização	2.695	2.695	2.352	2.352
Outros Passivos Financeiros	33.896	33.896	26.142	26.142
Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial				
Compromissos de concessão de crédito	-	441	-	346
Cartas de Crédito em Aberto (<i>standby</i>) e Garantias Prestadas	-	115	-	74

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial consolidado se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros** - Estimamos os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
 - Swaps: Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).

- Futuros e Termo: cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos swaps;
- Opções: Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- Crédito: Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade aprimoradas pelo crédito.

d) Operações de Crédito - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as nossas taxas atuais para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais, Passivos de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros

Sendo que para os:

- **Passivos Financeiros não remunerados (á vista)** - O valor justo dos depósitos à vista é igual ao montante a pagar na data dos relatórios, ou seja, que é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados** – O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o spread sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto ("*standby*") e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos/passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4.i e apresentado nas Notas 7 e 30. Consulte a Nota 8 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em

mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Investimentos: Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O Itaú Unibanco Holding não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Nos casos em que não há informações de precificação em um mercado ativo, o Itaú Unibanco Holding usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I e TDA com vencimentos após 2024, NTN-A1 e CVS), Notas Promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo, CRIs.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o Itaú Unibanco Holding estima o valor justo por meio da adoção de uma série de técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns forwards e geralmente todos os swaps. Todos os modelos adotados pelo Itaú Unibanco Holding são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o Itaú Unibanco Holding acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do relatório.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2011 para nossos ativos de financeiros Mantidos para Negociação e ativos financeiros Disponíveis para Venda.

	31/03/2011				31/03/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	91.987	16.009	960	108.956	40.454	14.436	1	54.891
Fundos de investimento	-	1.781	-	1.781	-	2.444	-	2.444
Títulos públicos do governo brasileiro	86.310	46	-	86.356	34.914	420	-	35.334
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	630	-	-	630	124	-	-	124
Títulos públicos - outros países	206	33	-	239	613	26	-	639
Argentina	185	-	-	185	235	-	-	235
Estados Unidos	2	-	-	2	348	-	-	348
México	19	-	-	19	12	-	-	12
Chile	-	3	-	3	-	4	-	4
Uruguai	-	29	-	29	-	22	-	22
Rússia	-	-	-	-	18	-	-	18
Outros	-	1	-	1	-	-	-	-
Títulos de empresas	4.841	14.149	960	19.950	4.803	11.546	1	16.350
Ações negociáveis	3.319	-	-	3.319	2.581	-	-	2.581
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	32	563	595	-	35	-	35
Certificado de Depósito Bancário	-	9.161	-	9.161	-	9.024	-	9.024
Debêntures	1.515	1.031	-	2.546	1.995	1.369	-	3.364
Euro Bonds e Assemelhados	7	2.264	-	2.271	227	1.118	-	1.345
Notas Promissórias	-	-	397	397	-	-	1	1
Outros	-	1.661	-	1.661	-	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18.688	23.608	1.396	43.692	16.240	18.949	2.191	37.380
Fundos de investimento	-	719	-	719	-	872	-	872
Títulos públicos do governo brasileiro	8.207	-	257	8.464	9.633	10	328	9.971
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	5.226	-	-	5.226	1.797	-	-	1.797
Títulos públicos - outros países	756	5.497	-	6.253	19	7.317	-	7.336
Portugal	-	-	-	-	-	25	-	25
Argentina	86	-	-	86	1	-	-	1
Estados Unidos	670	-	-	670	18	-	-	18
Dinamarca	-	3.549	-	3.549	-	1.466	-	1.466
Espanha	-	728	-	728	-	1.468	-	1.468
Coréia	-	288	-	288	-	2.050	-	2.050
Chile	-	424	-	424	-	1.197	-	1.197
Paraguai	-	391	-	391	-	444	-	444
Uruguai	-	117	-	117	-	667	-	667
Títulos de empresas	4.499	17.392	1.139	23.030	4.791	10.750	1.863	17.404
Ações negociáveis	1.978	2.881	-	4.859	2.810	1.641	-	4.451
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.028	177	7.205	-	4.431	129	4.560
Certificado de Depósito Bancário	-	556	-	556	-	103	-	103
Debêntures	2.341	3.769	-	6.110	1.859	2.749	-	4.608
Euro Bonds e Assemelhados	180	3.144	-	3.324	122	1.791	-	1.913
Notas Promissórias	-	-	962	962	-	-	1.734	1.734
Outros	-	14	-	14	-	35	-	35
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	147	-	147	-	227	-	227
Títulos públicos do governo brasileiro	-	147	-	147	-	227	-	227
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	819	-	819	-	813	-	813
Notas Estruturadas	-	819	-	819	-	813	-	813

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2011 e 2010 para nossos Passivos de Derivativos.

	31/03/2011				31/03/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	-	9.207	1.023	10.230	189	7.294	393	7.876
Opções	-	632	693	1.325	-	929	123	1.052
Termo	-	4.743	-	4.743	-	3.443	-	3.443
Swaps - Diferencial a Receber	-	3.263	-	3.263	-	2.482	-	2.482
Swap c/ Verificação	-	-	-	-	-	-	2	2
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	-	170	170
Derivativos de Crédito	-	1	204	205	-	1	15	16
Futuros	-	-	-	-	189	-	(3)	186
Outros Derivativos	-	568	126	694	-	439	86	525
Derivativos - Passivo	47	(7.368)	(335)	(7.656)	-	(6.900)	(377)	(7.277)
Opções	-	(1.350)	(177)	(1.527)	-	(1.211)	(11)	(1.222)
Termo	-	(3.583)	-	(3.583)	-	(3.172)	-	(3.172)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(2.257)	-	(2.257)	-	(2.286)	(5)	(2.291)
Swap c/ Verificação	-	-	-	-	-	-	(90)	(90)
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	-	(118)	(118)
Derivativos de Crédito	-	(7)	(79)	(86)	-	-	(144)	(144)
Outros Derivativos	47	(171)	(79)	(203)	-	(231)	(9)	(240)

Mensurações de Valor Justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo Itaú Unibanco Holding no nível 3 da hierarquia de avaliação.

Distribuição dos Níveis

	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/03/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	-	801	-	960	(9)
Títulos de empresas	159	-	801	-	960	(9)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	-	406	-	563	(9)
Notas Promissórias	-	-	397	-	397	-
Outros	2	-	(2)	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	6	(257)	-	1.396	(173)
Títulos públicos do governo brasileiro	320	1	(64)	-	257	(15)
Títulos de empresas	1.327	5	(193)	-	1.139	(158)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	1	114	-	177	(158)
Notas Promissórias	1.265	4	(307)	-	962	-
						Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
	485	48	490	-	1.023	(55)
Derivativos - Ativo						
Opções	56	126	511	-	693	-
Swaps - Diferencial a Receber	5	-	(5)	-	-	-
Derivativos de Crédito	261	35	(92)	-	204	3
Outros Derivativos	163	(113)	76	-	126	(58)
Derivativos - Passivo	(335)	(182)	182	-	(335)	10
Opções	(188)	28	(17)	-	(177)	45
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	-	6	-	-	(5)
Verificação de Swap	(119)	-	119	-	-	-
Derivativos de Crédito	-	32	(111)	-	(79)	(6)
Futuros	(9)	-	9	-	-	(11)
Outros Derivativos	(13)	(242)	176	-	(79)	(13)

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 em 1º de janeiro de 2010 correspondem a um volume reduzido de opções exóticas e de *swaps plain-vanilla* ilíquidos. Em 2007 iniciamos a negociação de *swaps* de moeda estrangeira com características adicionais tais como alavancagem, barreiras e outros. A partir do final do terceiro trimestre de 2008, como consequência da desvalorização significativa do real em relação às principais moedas estrangeiras, o mercado para esses *swaps* tornou-se bem líquido, o que resultou nesses instrumentos classificados no Nível 3.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/03/2011 e 2010.

Não houve transferências de Nível 3 em relação aos outros níveis durante o período de 31/03/2011 e 2010.

NOTA 31 – CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

A execução das atividades normais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue.

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O banco também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, no STJ recentemente foi decidido que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 697, sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme a média móvel dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 12 meses, acrescida do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Abaixo demonstramos a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/03/2011				01/01 a 31/03/2010
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total	Total
Saldo Inicial	2.974	3.986	173	7.133	5.734
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4)	(309)	(1.113)	-	(1.422)	(672)
Subtotal	2.665	2.873	173	5.711	5.062
Atualização/Encargos	4	30	-	34	47
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>360</u>	<u>165</u>	<u>(5)</u>	<u>520</u>	<u>391</u>
Constituição (*)	469	202	-	671	453
Reversão	(109)	(37)	(5)	(151)	(62)
Pagamento	(257)	(149)	-	(406)	(234)
Subtotal	2.772	2.919	168	5.859	5.266
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4)	209	1.097	-	1.306	679
Saldo Final	2.981	4.016	168	7.165	5.945
Saldo Final em 31/03/2010	2.517	3.239	189	5.945	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2011	1.698	1.518	-	3.216	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2010	1.260	1.551	-	2.811	

(*) Nas Provisões Cíveis contempla planos econômicos no montante de R\$ 164 (R\$ 119 em 31/03/2010).

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Abaixo demonstramos a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/03/2011			01/01 a 31/03/2010
	Obrigação Legal	Contingência	Total	Total
Saldo Inicial	5.091	2.165	7.256	7.790
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	(44)	(44)	(36)
Subtotal	5.091	2.121	7.212	7.754
Atualização/Encargos	126	45	171	77
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>184</u>	<u>100</u>	<u>284</u>	<u>(1.967)</u>
Constituição	200	166	366	215
Reversão	(16)	(55)	(71)	(246)
Pagamento	(1)	(11)	(12)	(1.936)
Subtotal	5.400	2.266	7.666	5.864
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	43	43	46
Saldo Final (Notas 13c e 14c) (*)	5.400	2.309	7.709	5.910
Saldo Final em 31/03/2010 (Notas 13c e 14c)	4.438	1.472	5.910	

(*) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei 11.941 de 27/05/2009. Em 31/03/2010, o programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, vencidos até 30 de novembro de 2008.

Depósitos em Garantias	01/01 a 31/03/2011			01/01 a 31/03/2010
	Obrigação Legal	Contingência	Total	Total
Saldo Inicial	3.661	1.022	4.683	5.077
Apropriação de Rendas	93	32	125	86
Movimentação do Período	<u>28</u>	<u>49</u>	<u>77</u>	<u>(1.017)</u>
Depositados	42	51	93	60
Levantamentos Efetuados	(11)	(1)	(12)	(1.074)
Conversão em Renda (*)	(3)	(1)	(4)	(3)
Saldo Final	3.782	1.103	4.886	4.146
Saldo Final em 31/03/2010	3.549	597	4.146	

As principais discussões relativas as Obrigações Legais são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 2.458: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 980.
- CSLL - Isonomia – R\$ 972: a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, mantendo a alíquota de 9% para as demais pessoas jurídicas discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 199.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 467: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 467.
- PIS – R\$ 371 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento com base na Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 71.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 4.758, sendo as principais naturezas descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 830: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- IRPJ/CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 509: defendemos que são despesas operacionais necessárias e dedutíveis nos termos da Lei as perdas em operações de crédito e os descontos em sua renegociação e recuperação.
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 486: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 569: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 326: discutimos o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 1.644 (R\$ 1.111 em 31/03/2010) (Nota 19a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Garantias de Recursos Voluntários

Dados em garantia de recursos voluntários relativos a processos de passivos contingentes estão vinculados, depositados ou arrolados nos montantes abaixo:

	31/03/2011	31/03/2010
Títulos e Valores Mobiliários (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	1.499	1.182
Depósitos em Garantia	3.336	2.996

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações. A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituídas mediante a utilização de modelos estatísticos para as causas de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as regras da Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

NOTA 32 – CAPITAL - REGULATÓRIO

O Itaú Unibanco Holding está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basileia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: de modo geral, capital social, certas reservas e lucros retidos, menos alguns intangíveis.
- Nível II: inclui, dentre outros e sujeito a certas limitações, reservas para reavaliação de ativos, provisões gerais para créditos de liquidação duvidosa e dívida subordinada, e está limitado ao valor do Capital de Nível I.

Entretanto, o Acordo de Basileia permite que autoridades reguladoras de cada País determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%; (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições; (iii) a exigência de que os bancos aloquem uma parcela de seu patrimônio para cobrir riscos operacionais, variando de 12% a 18% da média de receita bruta de intermediação financeira. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima:

- Com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior, e
- Com base na consolidação completa, considerando todas as empresas controladas societária ou operacionalmente pelo Itaú Unibanco Holding, independente de serem ou não regulamentadas pelo Banco Central.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período nós cumprimos todos os requerimentos mínimos de capital aos quais estamos sujeitos.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basileia, apurados de acordo as normas do Banco Central do Brasil, tanto com base na consolidação das instituições financeiras quanto com base na consolidação total.

	31/03/2011		31/03/2010	
	Instituições financeiras (consolidação parcial)	Consolidação integral	Instituições financeiras (consolidação parcial)	Consolidação integral
Capital Regulamentar				
Nível 1	63.319	65.150	58.080	59.998
Nível 2	17.306	17.306	15.514	15.514
Outras Deduções Determinadas pelo Banco Central do Brasil	(148)	(148)	(33)	(33)
Total	80.477	82.308	73.561	75.479
Exigibilidades para Cobertura das Exposições aos Riscos:				
De Crédito	50.815	51.919	42.948	44.504
De Mercado	1.056	1.034	945	949
Operacional	3.073	3.435	2.662	2.662
Capital Regulamentar Mínimo Exigido	54.944	56.388	46.555	48.115
Excedente do Capital Regulamentar sobre o Capital Regulamentar Mínimo Exigido	25.533	25.920	27.006	27.364
Exposição Ponderada pelo Risco	499.489	512.616	423.226	437.407
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	16,1	16,1	17,4	17,3

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo:

Nome do Papel	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Principal
Euronotes subordinado	2º semestre de 2001	agosto de 2011	10,00%	457
Euronotes subordinado	agosto de 2001	agosto de 2011	4,25%	625
CDB subordinado	março de 2007	abril de 2012	103,5% do CDI	5.000
CDB subordinado	maio de 2007	maio de 2012	104% do CDI	1.406
CDB subordinado	julho de 2007	julho de 2012	CDI + 0,38%	422
CDB subordinado	agosto de 2007	agosto de 2012	CDI + 0,38%	200
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	IGPM + 7,31%	161
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	IGPM + 7,35%	130
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	103,8% do CDI	93
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	CDI + 0,45%	450
CDB subordinado	novembro de 2007	novembro de 2012	CDI + 0,35%	300
CDB subordinado	dezembro de 2002	dezembro de 2012	102,5% do CDI	200
CDB subordinado	dezembro de 2002	dezembro de 2012	102% do CDI	20
CDB subordinado	janeiro de 2008	fevereiro de 2013	CDI + 0,50%	880
CDB subordinado	fevereiro de 2008	fevereiro de 2013	CDI + 0,50%	1.256
CDB subordinado	1º trimestre de 2008	1º trimestre de 2013	CDI + 0,60%	817
CDB subordinado	2º trimestre de 2008	2º trimestre de 2013	106% do CDI	29
CDB subordinado	2º trimestre de 2008	2º trimestre de 2013	107% do CDI	19
CDB subordinado	novembro de 2003	novembro de 2013	102% do CDI	40
CDB subordinado	maio de 2007	maio de 2014	CDI + 0,35%	1.804
CDB subordinado	agosto de 2007	agosto de 2014	CDI + 0,46%	50
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2014	IGPM + 7,35%	33
CDB subordinado	novembro de 2008	outubro de 2014	112% do CDI	1.000
CDB subordinado	dezembro de 2007	dezembro de 2014	CDI + 0,60%	10
Ações Preferenciais	dezembro de 2002	março de 2015	3,04%	1.389
CDB subordinado	janeiro de 2010	novembro de 2015	113% do CDI	50
CDB subordinado	3º trimestre de 2008	3º trimestre de 2015	119,8% do CDI	400
CDB subordinado	janeiro de 2010	janeiro de 2016	114% do CDI	500
CDB subordinado	1º trimestre 2010	1º trimestre 2016	110% do CDI	22
CDB subordinado	1º trimestre 2010	1º trimestre 2016	111% do CDI	33
CDB subordinado	1º trimestre 2010	1º trimestre 2016	113% do CDI	2.103
CDB subordinado	março de 2010	março de 2016	IPCA + 7,33%	122
Letra Financeira Subordinada	agosto de 2010	agosto de 2016	100% do CDI + 1,36%	365
Letra Financeira Subordinada	setembro de 2010	setembro de 2016	112,5% do CDI	16
Letra Financeira Subordinada	outubro de 2010	outubro de 2016	112% do CDI	50
Letra Financeira Subordinada	3º trimestre de 2010	3º trimestre de 2016	112% do CDI	1.808
CDB subordinado (1)	dezembro de 2006	dezembro de 2016	CDI + 0,47%	500
Letra Financeira Subordinada	dezembro de 2010	dezembro de 2016	100% do IPCA + 7,00%	30
CDB subordinado	março de 2010	março de 2017	IPCA + 7,45%	367
Letra Financeira Subordinada	setembro de 2010	setembro de 2017	100% do IPCA + 7,2%	160
Letra Financeira Subordinada	setembro de 2010	setembro de 2017	100% do IPCA + 7,0%	20
Letra Financeira Subordinada	outubro de 2010	outubro de 2017	100% do IPCA + 6,95%	20
Letra Financeira Subordinada	outubro de 2010	outubro de 2017	100% do IPCA + 6,97%	6
Euronotes subordinado	abril de 2010	abril de 2020	6,20%	1.730
Euronotes subordinado	setembro de 2010	janeiro de 2021	5,75%	1.694
Euronotes subordinado	janeiro de 2011	janeiro de 2021	5,75%	402
Eurobonds -Perpetual Non-cumulative Junior Subordinated Securities (2)	julho de 2005	indeterminado	8,70%	1.195

(1) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011;

(2) A dívida pode ser resgatada integralmente, somente por opção do emissor, a partir de 29 de julho de 2010 ou em cada pagamento subsequente.

NOTA 33 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Nossos quatro segmentos operacionais e de reporte são: Banco Comercial, Itaú BBA, Crédito ao Consumidor e Corporação e Tesouraria.

Somos uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros. Nossos atuais segmentos de negócio são os descritos abaixo:

- **Itaú Unibanco - Banco Comercial**

Nosso segmento Banco Comercial fornece um amplo leque de serviços bancários a uma diversificada base de clientes pessoas físicas e jurídicas, entre eles: clientes de varejo (pessoas físicas e microempresas), clientes de alta renda, clientes com alto patrimônio (private bank), pequenas empresas e empresas de médio porte.

Os produtos e serviços prestados pelo Banco Comercial incluem produtos de seguros, planos de previdência privada e capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos, produtos de crédito, entre outros. O segmento oferece soluções desenvolvidas especificamente para atender a demanda de clientes, estabelecendo estratégias de comercialização adequadas a cada um dos diferentes perfis e explorando os canais de distribuição mais convenientes. Assim, buscamos constantemente ampliar o número de produtos utilizados pelos clientes, diversificando nossas fontes de receitas. O segmento é uma fonte importante de funding para as nossas operações e geram significativas receitas financeiras e de prestação de serviços bancários.

- **Itaú Unibanco - Itaú BBA**

Nosso segmento responsável pelas operações bancárias de grandes empresas e pela atuação como banco de investimento é denominado Itaú BBA. O Itaú BBA oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil. O modelo de gestão do Itaú BBA está voltado para o desenvolvimento de relações de grande proximidade com seus clientes, obtendo um conhecimento profundo de suas necessidades e oferecendo soluções customizadas. A atividade de banco de investimento compreende a oferta ao segmento corporativo de recursos obtidos por meio de instrumentos de renda fixa e renda variável. Além disso, realiza atividades de fusões e aquisições.

- **Itaú Unibanco - Crédito ao Consumidor**

O segmento Crédito ao Consumidor é responsável pelo desenvolvimento de nossa estratégia de ampliação da oferta de produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas. Assim, o segmento de crédito ao consumidor abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito para cliente não correntista e a oferta de crédito para população de baixa renda. A estrutura de negócios da operação de financiamento de veículos está apoiada em: Veículos Novos, Veículos Usados, Veículos Pesados e Motos. A fusão das operações do Itaú e do Unibanco revelou forte complementaridade dos negócios, uma vantagem competitiva que estamos aprofundando com a intensificação da operação combinada, a troca de expertise entre as equipes e a busca de uma maior eficiência operacional. O processo de aprovação de crédito nas operações de veículos está baseado em modelos de pontuação que permitem a rápida aprovação das propostas de crédito dos nossos clientes, valendo-se da Internet para processar essas propostas com segurança e eficiência.

- **Itaú Unibanco – Corporação e Tesouraria**

Nosso segmento Corporação e Tesouraria apresenta fundamentalmente o resultado financeiro associado ao nosso excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, da atividade de gestão de gaps de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado (mark to market) de ativos financeiros. Nesta coluna, apresentamos também os efeitos dos itens não recorrentes que não são considerados na demonstração do resultado gerencial.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração do Itaú Unibanco Holding utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotados no Brasil.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotados no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo. As informações financeiras por segmento apresentam diferenças em relação às práticas contábeis brasileiras, em função: (i) do reconhecimento de impactos relacionados à alocação de capital aos segmentos, por meio de um modelo proprietário, e (ii) apresenta a margem financeira após a aplicação de alguns critérios gerenciais. Os principais ajustes são:

Alocação de Capital para cada segmento

O patrimônio líquido contábil e o saldo de dívidas subordinadas foram substituídos por “funding” a preços de mercado, e as receitas e despesas financeiras foram alocadas aos diferentes segmentos, baseadas no capital Nível 1, segundo modelo proprietário, sendo que o excesso de capital e dívida subordinada foi alocado ao segmento corporação. Os efeitos fiscais do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de cada segmento foram estornados e posteriormente realocados de maneira proporcional ao montante de capital Nível 1 (Tier 1). O resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e o resultado das participações minoritárias foram alocados ao segmento corporação.

Margem Financeira

Adotamos uma estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior que tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançarmos essa finalidade, o risco cambial é neutralizado por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. Nós não utilizamos o método “hedge accounting” na contabilização desses derivativos, e sim, a avaliação pelo valor justo com ganhos e perdas refletidos no resultado.

Nossa estratégia de hedge considera ainda todos os efeitos fiscais incidentes: quer os relativos à não tributação ou dedutibilidade da variação cambial em momentos de apreciação ou depreciação, respectivamente, do real ante as moedas estrangeiras, quer os decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos utilizados. Nos períodos em que a variação da paridade entre o real e as moedas estrangeiras é expressiva, verifica-se significativo impacto nas receitas e despesas financeiras.

Em razão disso, nós utilizamos a demonstração de resultado gerencial para a preparação da informação por segmento. A demonstração de resultado gerencial é obtida tendo como base reclassificações realizadas sobre a demonstração do resultado contábil preparada segundo as políticas contábeis adotados no Brasil. Reclassificamos os efeitos fiscais do hedge dos investimentos no exterior, os quais estão considerados nas linhas de despesas tributárias (PIS e Cofins) e de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, na demonstração do resultado contábil.

Além disso, a margem financeira gerencial possui para cada operação, alocação de seu respectivo custo de oportunidade.

Na coluna de ajustes e reclassificações, apresentamos os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizados na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Em 31 de março de 2011

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL		ITAÚ BBA		CRÉDITO AO CONSUMIDOR		CORPORACÃO + TESOURARIA		ITAÚ UNIBANCO		AJUSTES		CONSOLIDADO IFRS	
Produto Bancário	11.861		1.652		3.513		533		17.543		1.547		19.090	
Margem Financeira (1)	8.027		1.151		2.079		474		11.724		516		12.240	
Receita de Prestação de Serviços	2.523		510		1.376		59		4.467		(20)		4.447	
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.170		-		54		-		1.224		371		1.595	
Outras Receitas	141		(9)		4		-		128		680		808	
Perdas com Créditos e Sinistros	(2.121)		(13)		(898)		(543)		(3.575)		(101)		(3.676)	
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.547)		(82)		(1.208)		(543)		(4.380)		271		(4.109)	
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	828		69		310		-		1.207		(8)		1.199	
Despesas com Sinistros	(402)		-		-		-		(402)		(364)		(766)	
Margem Operacional	9.740		1.639		2.615		(10)		13.968		1.446		15.414	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(6.146)		(644)		(2.034)		63		(8.763)		(1.276)		(10.039)	
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(5.464)		(580)		(1.798)		(125)		(7.968)		(1.104)		(9.072)	
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(645)		(97)		(236)		44		(935)		(97)		(1.032)	
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido e Participação em Coligadas	(47)		-		-		144		97		(32)		65	
Outros Resultados	10		33		-		-		43		(43)		-	
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.594		995		581		53		5.205		170		5.375	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.263)		(330)		(156)		360		(1.389)		(357)		(1.746)	
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-		-		-		(195)		(178)		22		(156)	
LUCRO LÍQUIDO	2.331		665		425		218		3.638		(165)		3.473	

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 11.461, receita de dividendos R\$ 72, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ 291 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 416.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 282 e de amortização de R\$ 241.

Ativo Total ⁽¹⁾	558.703	198.621	94.108	57.942	778.472	(31.937)	746.535
Passivo Total	535.882	189.739	83.794	32.803	711.316	(33.932)	677.384
⁽¹⁾ Inclui:							
Imobilizado, Líquido	3.792	333	681	-	4.807	74	4.881
Intangível, Líquido	2.173	25	694	-	2.891	-	2.891

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Em 31 de março de 2010

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL		ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR		CORPORACAO + TESOURARIA	ITAÚ UNIBANCO		AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
							UNIBANCO			
Produto Bancário	9.595		1.400	3.802	864		15.653	1.325		16.978
Margem Financeira (1)	6.068		991	2.331	837		10.223	240		10.463
Receita de Prestação de Serviços	2.195		437	1.365	31		4.024	-		4.024
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.193		1	75	(3)		1.266	361		1.627
Outras Receitas	139		(29)	31	(1)		140	724		864
Perdas com Créditos e Sinistros	(2.359)		(4)	(1.081)	1		(3.443)	(488)		(3.931)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.529)		(102)	(1.179)	1		(3.809)	(378)		(4.187)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	637		98	98	-		833	(1)		832
Despesas com Sinistros	(467)		-	-	-		(467)	(109)		(576)
Margem Operacional	7.236		1.396	2.721	865		12.210	837		13.047
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(5.121)		(605)	(1.754)	(25)		(7.502)	(1.185)		(8.687)
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(4.656)		(506)	(1.525)	(110)		(6.794)	(1.060)		(7.854)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(503)		(92)	(230)	(14)		(839)	(72)		(911)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido e Participação em Coligadas	19		-	-	92		111	(33)		78
Outros Resultados	19		(7)	1	7		20	(20)		-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.115		791	967	840		4.708	(348)		4.360
Imposto de Renda e Contribuição Social	(607)		(222)	(288)	(201)		(1.318)	247		(1.071)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	4		-	-	(231)		(222)	21		(201)
LUCRO LÍQUIDO	1.512		569	679	408		3.168	(80)		3.088

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 9.410, receita de dividendos R\$ 88, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ 304 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 661.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 247 e de amortização de R\$ 243.

Ativo Total ⁽¹⁾	445.126	174.098	77.359	56.065	630.232	(23.816)	606.416
Passivo Total	429.432	162.163	69.893	34.779	573.853	(29.795)	544.058
⁽¹⁾ Inclui:							
Imobilizado, Líquido	3.002	482	685	-	4.168	75	4.243
Intangível, Líquido	2.518	7	665	-	3.190	(3)	3.187

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A administração analisa a Margem Financeira de forma líquida

Abaixo segue informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	31/03/2011			31/03/2010		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira(*)	22.041	1.201	23.242	17.916	838	18.754
Ativos não Correntes	7.456	568	7.772	7.456	518	7.430

(*) Inclui receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- A ITAÚSA, controladora em conjunto do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, seus controladores e suas controladas não financeiras, destacando-se a Itautec S.A., a Duratex S.A., a Elekeiroz S.A. e a Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaúbank, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas; e
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse;
- O investimento na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A..

Adicionalmente existem operações com as entidades sob controle conjunto destacando-se o Banco Investcred Unibanco S.A., Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, Luizacred S.A. Soc. Créd. Financiamento Investimento, FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, FIC Promotora de Vendas Ltda. e Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAU UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO				
	ATIVO/(PASSIVO)		RECEITAS/(DESPESAS)	
	31/03/2011	31/03/2010	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.589.205	1.168.195	42.096
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	428.063	377.187	11.997	7.486
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investiment	317.393	168.859	7.178	3.736
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	843.608	571.013	22.917	11.852
Outras	141	51.136	4	407
Depósitos	(36.886)	(559.641)	(1.217)	(3.930)
Duratex S.A.	(5.045)	(9.617)	(290)	(2)
Elekeiroz S.A.	(23.892)	(47)	(916)	(10)
Itautec S.A.	(3)	(370)	(11)	(3.909)
Porto Seguro S.A.	(2.291)	(507.658)	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(234)	(157)	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investiment	(258)	(214)	-	-
Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	(5.163)	-	-	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	-	(41.482)	-	(9)
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	(96)	-	-
Operações Compromissadas	(107.859)	(141.736)	(256)	(1.350)
Itaúsa Empreendimentos S.A.	(53.366)	(48.791)	-	(10)
Duratex S.A.	(8.070)	(5.713)	(212)	(179)
Elekeiroz S.A.	-	(21.496)	(44)	(272)
Itautec S.A.	(14.201)	-	-	-
FIC Promotora de Venda Ltda.	(7.786)	(3.751)	-	(183)
Facilita Promotora S.A.	(6.206)	(4.691)	-	(85)
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	(4.728)	(12.243)	-	(257)
Banco Investcred Unibanco S.A.	(13.502)	(16.470)	-	(162)
Porto Seguro S.A.	-	(24.585)	-	-
Outras	-	(3.996)	-	(202)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	(101.884)	(91.796)	-	-
Itaú Unibanco S.A.	1.422	-	-	-
Itaúsa Investimentos S.A.	54	(22.259)	-	-
Porto Seguro S.A.	18.945	59.704	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(1.609)	1.873	-	-
FIC Promotora de Venda Ltda.	(4.445)	-	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investiment	(1.435)	(1.272)	-	-
Facilita Promotora S.A.	(1.664)	-	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	(132)	(59)	-	-
Banco Investcred Unibanco S.A.	(14)	-	-	-
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	(1.073)	298	-	-
Maxfácil Participações S.A.	(270)	(7.570)	-	-
Caixa de Prev.dos Func. do Banco Beg - PREBEG	(9.901)	(11.735)	-	-
Fundação BEMGEPREV	(3.242)	(13.450)	-	-
UBB Prev Previdência Complementar	(19.894)	(15.782)	-	-
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	(80.400)	(81.012)	-	-
Outras	1.774	(532)	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	43.414	9.071
Fundação Itaúbanco	-	-	5.258	1.539
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	1.247	442
Itaúsa Investimentos S.A.	-	-	1.075	797
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	13.884	475
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investiment	-	-	5.215	406
Porto Seguro S.A.	-	-	15.755	4.942
Outras	-	-	980	470
Receitas (Despesas) com Aluguéis	-	-	(8.462)	(7.576)
Itaúsa Investimentos S.A.	-	-	(354)	(320)
Fundação Itaúbanco	-	-	(5.720)	(5.745)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	(2.069)	(1.605)
Outras	-	-	(319)	94
Despesas com Doações	-	-	(14.093)	(10.467)
Instituto Itaú Cultural	-	-	(14.000)	(10.417)
Fundação Itaú Social	-	-	(93)	(50)
Despesas de Processamento de Dados	-	-	(74.045)	(68.179)
Itautec S.A.	-	-	(74.045)	(68.179)

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco, registraram em Outras Despesas Administrativas, R\$ 1.672 (R\$ 3.036 de 01/01 a 31/03/2010) em função da utilização da estrutura comum.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	31/03/2011	31/03/2010
Remuneração	76	56
Conselho de Administração	2	1
Administradores	74	55
Participações no Lucro	35	64
Conselho de Administração	1	3
Administradores	34	61
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	3	3
Conselho de Administração	-	-
Administradores	3	3
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	32	27
Plano de Pagamento em Ações - Funcionários	8	-
Total	154	150

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

O Itaú Unibanco Holding fez doações regulares para a Fundação Itaú Social, uma fundação filantrópica cujos objetivos são: criar o "Programa Itaú Social", destinado a coordenar atividades de interesse da comunidade, apoiar e desenvolver projetos sociais, científicos e culturais, principalmente na área de ensino básico e saúde; apoiar os projetos ou iniciativas em andamento, sustentados ou patrocinados por entidades qualificadas segundo o "Programa Itaú Social". Além disso o Itaú Unibanco é sócio-fundador e mantenedor do Instituto Itaú Cultural - IIC, uma entidade cujo objetivo é a promoção e preservação da herança cultural brasileira.

NOTA 35 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Risco de crédito, conforme Resolução nº 3.721 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas em renegociações e (iv) aos custos de recuperação.

A gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos e externos. Dentre os internos destacam-se os critérios de classificação de clientes, a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno observadas, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; já os externos estão relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior, e a fatores como a participação de mercado, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e aumento (ou redução) do consumo.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estruturado de forma a garantir a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios, por meio de estrutura de comitês e comissões. No varejo, as decisões de concessão e gestão da carteira de crédito são tomadas tendo como base modelos de score continuamente acompanhados. No atacado, as diversas comissões se subordinam à Comissão Superior responsável pela gestão do risco de crédito, através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

1. Mensuração do Risco de Crédito

1.1 Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O Itaú Unibanco leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor 4,44%
Médio	Menor 25,95%
Alto	Maior 25,95%
Impairment	Operações Corporate c/PD maior a 31,84%
	Operações em Atraso >90 dias
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias.

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *credit* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basileia. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

1.2 Títulos públicos e outros instrumentos de dívida

A Instituição classifica os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com sua qualidade de crédito, visando administrar suas exposições ao risco de crédito.

2. Controle do limite de risco de crédito

O Itaú Unibanco Holding controla a exposição e a concentração de risco de crédito por setor de atividade econômica, região geográfica, tipo de produtos e outras variáveis que considera relevantes, através do estabelecimento de limites máximos de exposição considerados aceitáveis, e do monitoramento de indicadores de alerta, tais como indicadores de atraso e de consumo de limite. Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

Além disso, o grupo controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando de forma ativa para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

O Itaú Unibanco Holding utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de ajustar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência; e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

As garantias são importante instrumento de gestão do risco de crédito e por essa razão só são aceitas quando condizentes com os rigorosos critérios estabelecidos pelo grupo.

O Itaú Unibanco Holding assegura que qualquer garantia mantida é suficiente, juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O Itaú Unibanco Holding utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os compromissos para extensão de crédito (ex. cheque especial, limites pré-aprovados, compromissos de concessão de créditos, cartas de crédito em aberto (“standby”) e outras garantias) representam porções não utilizadas do valor disponibilizado em operações de crédito. A exposição máxima, considerando-se a utilização total dos limites está demonstrada no quadro abaixo. Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo Itaú Unibanco está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo do Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impaired* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna menor a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	31/03/2011			31/03/2010		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.593	6.998	12.591	9.026	5.194	14.220
Aplicações no Mercado Aberto	104.934	869	105.803	138.597	1.603	140.200
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	103.382	5.574	108.956	49.846	5.045	54.891
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	147	147	227	-	227
Derivativos	8.227	2.003	10.230	6.659	1.217	7.876
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10.478	33.214	43.692	23.303	14.077	37.380
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.445	671	3.116	1.770	796	2.566
Operações de Crédito	252.397	50.996	303.393	207.317	43.948	251.265
Off Balance	222.566	7.473	230.039	189.761	4.662	194.423
Avais e Fianças	39.263	1.936	41.199	30.694	1.899	32.593
Cartas de Crédito	9.772	-	9.772	6.798	-	6.798
Compromissos a Liberar	173.531	5.537	179.068	152.269	2.763	155.032
Crédito Imobiliário	8.979	-	8.979	6.167	-	6.167
Cheque Especial	82.962	-	82.962	57.549	-	57.549
Cartão de Crédito	74.399	556	74.955	70.461	550	71.011
Outros Limites Pré Aprovados	7.191	4.981	12.172	18.092	2.213	20.305
Total	710.022	107.945	817.967	626.506	76.542	703.048

A tabela apresenta a exposição máxima em 31 de março de 2011 e 2010, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Para as garantias prestadas (Avais, Fianças e Cartas de Crédito) o valor máximo da exposição ao risco de crédito é o montante que o Itaú Unibanco Holding pode vir a desembolsar, se as garantias forem requeridas.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 78% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros sobre o total das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que;
- somente 7,2% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda; e
- 4,5% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	31/03/2011	%	31/03/2010	%
Setor Público	1.268	0,42%	1.787	0,71%
Indústria e Comércio	87.140	28,66%	69.706	27,74%
Serviços	62.650	20,61%	49.927	19,87%
Setor Primário	14.342	4,72%	12.905	5,14%
Pessoa Física	136.152	44,79%	114.923	45,74%
Outros Setores	2.441	0,80%	2.017	0,80%
Total	303.993	100,00%	251.265	100,00%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/03/2011	%	31/03/2010	%
Setor Primário	11.874	4,18%	318	0,12%
Setor Público	112.343	39,50%	52.439	20,38%
Indústria e Comércio	5.391	1,90%	2.884	1,12%
Serviços	36.067	12,68%	43.158	16,77%
Outros Setores	301	0,11%	4.102	1,59%
Pessoa Física	19	0,01%	39	0,02%
Financeiras	118.394	41,62%	154.420	60,00%
Total	284.389	100,00%	257.360	100,00%

(*) Inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento e Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos "Off Balance" (Avais e Fianças, Cartas de Crédito, Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos, créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/03/2011			31/03/2010				
	Créditos não Vencidos	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	196.092	5.323	-	201.415	162.602	4.818	-	167.420
Médio	59.590	9.971	-	69.561	45.032	8.051	-	53.083
Alto	12.301	6.557	-	18.858	11.829	6.685	-	18.514
Impairment	331	-	13.828	14.159	-	-	12.648	12.648
Total	268.314	21.851	13.828	303.993	219.463	19.554	12.648	251.665
%	88,3%	7,2%	4,5%	100,0%	87,2%	7,8%	5,0%	100%

6.1.1 Os operações de crédito, vencidos sem evento de perda, estão assim classificadas pelo seu vencimento:

	31/03/2011	31/03/2010
Vencidos em até 30 dias	14.100	12.774
Vencidos 31-60 dias	5.510	4.866
Vencidos 61-90 dias	2.241	1.914
Total	21.851	19.554

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	31/03/2011				31/03/2010			
	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total	Total	Total
Baixo	118.394	91.978	9.994	22.281	3.109	245.756	233.108	233.108
Médio	-	16.955	60	21.410	7	38.432	24.023	24.023
Alto	-	23	176	1	-	200	229	229
Total	118.394	108.956	10.230	43.692	3.116	284.388	257.360	257.360
%	41,6%	38,3%	3,6%	15,4%	1,1%	100,0%	100,0%	100,0%

Os ativos financeiros que estão vencidos sem evento de perda ou individualmente vencidos com evento de perda estão cobertos parcialmente ou em sua totalidade por garantias.

Em relação a pessoas jurídicas, grande parte das operações é dotada de garantias, que são requeridas conforme a finalidade do crédito. Operações destinadas a financiar a produção de bens têm como garantia mais comum, máquinas e equipamentos. Financiamentos de fluxo de caixa normalmente são garantidos por duplicatas ou cheques, recebíveis de cartão, avais ou coobrigação dos sócios da empresa e/ou terceiros. Operações destinadas a investimentos, por outro lado, normalmente recebem garantia de alienação fiduciária ou hipoteca do próprio bem objeto do financiamento. Além disso, também podem ser aceitas aplicações financeiras, cotas de fundos, títulos de dívida e outros instrumentos.

Já em relação ao crédito para pessoas físicas, garantias são requeridas principalmente em operações de financiamento imobiliário e de veículos, nas quais os próprios bens financiados são dados em garantia. Em relação aos demais produtos de crédito, a requisição de garantias é menos freqüente, mas também pode ocorrer; nesses casos, os tipos mais comuns de garantias utilizadas são aplicações financeiras.

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de reestruturação incluem acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a conta do cliente (anteriormente inadimplente) retorna ao status de não vencida e é classificada nos ratings internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R\$ 9.843 (R\$ 7.572 em 31/03/2010).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A Política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 31 de março de 2011 e 2010:

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Imóveis Não de Uso	1	-
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	9	-
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	2	33
Total	12	33

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Gestão de Riscos de Mercado é o processo pelo qual a instituição administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, que podem, direta ou indiretamente, afetar o valor de nossos ativos, passivos e posições fora do balanço patrimonial. Seus principais objetivos são: controlar a exposição ao risco de mercado e a otimização da relação risco-retorno através do uso de modelos e ferramentas de gestão avançadas.

O controle do risco de mercado abrange todos os instrumentos financeiros constantes das carteiras das empresas pertencentes ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e os processos e controles relevantes relacionados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº. 3.464 do Banco Central do Brasil. Constitui-se em um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da Instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as Unidades de Negócio e Veículos Legais do Conglomerado.

Estratégia de Gestão de Risco de Mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina o uso abrangente e complementar de métodos, bem como de ferramentas quantitativas e qualitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, baseando-se nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

O desenvolvimento de modelos de otimização de portfólio auxilia na determinação de qual carteira de ativos financeiros apresenta a melhor relação risco-retorno.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa a balancear os objetivos de negócio da empresa com seu apetite a risco, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Portfólio de risco de mercado da instituição;
- Expertise para atuar em mercados específicos.

O controle do risco de mercado é realizado pela Diretoria de Controle de Risco de Mercado e Liquidez (DCRML), que executa as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais.

A DCRML também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando a fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Identificação do Risco

As operações de tesouraria do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são classificadas conforme a intenção de negociação de acordo com os seguintes critérios:

- Carteira de Negociação (Livro Trading): consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.
- Carteira de Não-negociação (Livro Banking): formado pelas operações não classificadas na Carteira de Negociação. Consiste em operações estruturais e seus respectivos hedges, bem como em operações destinadas à gestão ativa da carteira.

As exposições a risco de mercados dos produtos, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado.

Os principais tipos de risco de mercado são descritos a seguir:

- Risco de taxa de juros: risco de perda das operações sujeitas à variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
 - Taxas dos cupons de índices de preços;
 - Taxas dos cupons de taxas de juros.
- Risco de taxa cambial: risco de perda das posições em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;
- Risco de ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações;

Medidas de Risco:

As análises de risco são realizadas para cada fator de risco estimando-se as perdas em potencial adotando-se modelos de Value at Risk, ou VaR, com base no comportamento estatístico dos fatores de risco, com nível de confiança de 99%. A principal técnica empregada para a quantificação do risco é a medida baseada em parâmetros de mercado da redução potencial (ou aumento) do valor justo do ativo (ou passivo) associado à mudança nos fatores de mercado pelo parâmetro do mercado. O processo de análise de risco quantifica a exposição e o apetite pelo risco utilizando: (i) limites de risco baseados nos fatores de risco de mercado, (ii) VaR (nível de confiança de 99%), (iii) simulações de Stress e (iv) análises de resultado a realizar.

- Cálculo do Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que prevê a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Cálculo de Perdas em Cenários de Stress (Simulações de Stress): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos de um portfólio quando diversos fatores financeiros são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários ou hipóteses projetadas);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação de diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis.

Controle de Perdas:

- Perda máxima (Stop Loss): prejuízo máximo, que um operador, uma submesa ou as mesas com operações classificadas na Carteira de Negociação podem atingir.

Estrutura de Limites:

O processo de gerenciamento de risco começa com a determinação dos limites, que são aprovados pelo Comitê Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada Veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão;

- Limites Superiores: definidos pela CSTI, sendo que o controle diário é de responsabilidade das Unidades de Controle e o monitoramento e o reporte às Comissões Superiores é responsabilidade da Diretoria de Controle de Riscos de Mercado e Liquidez;
- Limites Internos: definidos pelas comissões locais de gestão de riscos e controlados diariamente pelas unidades, sem prejuízo da observância dos limites superiores.

Estes limites são informados a cada divisão de controle de risco das unidades de negócios que realiza as atividades diárias de gestão de risco e fornece informações periodicamente para a divisão de controle de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nossa divisão de controle de risco monitora o escopo, a precisão e a qualidade dos nossos controles. O ciclo de controle de risco é concluído com a divulgação do relatório de risco consolidado para o Comitê Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). O comitê é responsável pelo monitoramento de todas as estratégias e exposições, entendendo e gerenciando em nível corporativo consolidado.

Capital Econômico Alocado:

- Utilizado como uma garantia de que a Instituição será capaz de absorver o impacto de perdas não esperadas, possibilitando a continuidade das atividades em cenários adversos.

Monitoramento do Risco de Mercado

A instituição conta com uma área de Gestão de Risco de Mercado unificada, focada no controle do risco de mercado do Itaú Unibanco e suas coligadas. A gestão de riscos das posições trading e banking do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é gerenciada através do controle do VaR Estatístico de sua posição estrutural. De maneira complementar, cenários de estresse são utilizados para avaliação do risco de mercado nas carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A Tesouraria Institucional tem sua administração de risco segregada em três grupos: Gap Estrutural (banking), Flow Book e Mesa Carteira Própria.

Para monitorar a exposição ao risco de mercado, são administradas duas categorias de exposição: a carteira trading (livro de trading), administrada pela mesa de negociação flow book e pela mesa de negociação proprietária; e a carteira de não negociação (livro de banking ou “gap estrutural”).

Como resultado da associação com o Unibanco, unificamos os modelos e os controles de risco e os procedimentos existentes no Itaú BBA, no Unibanco e no Itaú em 2009.

Monitoramos nosso livro de trading por meio da adoção de modelos de VaR, cenários de estresse de VaR, limites de perda máxima (prevenção de prejuízo), alertas de perda máxima (que avisam que a prevenção de prejuízo pode ser obtida segundo os cenários de estresse). Administramos o nosso livro de banking por meio da adoção de modelos de VaR, cenários de estresse de VaR e simulações de lucro e prejuízo conforme os cenários de estresse.

Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O VaR Global demonstrado nas tabelas a seguir abrange o VaR consolidado das operações nacionais e internacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, abrangendo também as carteiras do Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco Itaú Europa, Banco Itaú Argentina, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Paraguai e Banco Itaú Uruguai. As carteiras do Itaú Unibanco e Itaú BBA são apresentadas conjuntamente, segregadas por fator de risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca manter uma política de operação dentro de limites baixos com relação a nossa base de capital. Observamos que a diversificação do risco dentro de nossas unidades de negócios foi significativa, reduzindo o VaR global. Em 2011, VaR global médio foi de R\$ 134,1 milhões (R\$ 76,5 milhões em 31/03/2010) ou 0,19% (0,15% em 31/03/2010) do patrimônio total.

	VaR Global (*)				
	Média	Mínimo	Máximo	31/03/2011	31/03/2010
	(em milhões de R\$)				
Fator de Risco					
Taxa de Juros					
Renda Fixa	63,4	55,7	76,0	63,1	44,8
TR	35,0	24,6	54,8	35,5	43,5
Taxa de juros atrelada ao dólar	12,1	8,6	16,6	14,1	5,2
Taxa de juros atrelada ao índice de inflação	17,6	11,3	22,3	20,4	12,4
Títulos Soberanos	4,6	2,6	6,3	5,8	4,3
Taxa de juros internacional	7,9	4,6	28,3	5,6	5,9
Commodities					
Commodities	14,5	4,4	20,6	8,3	8,9
Taxa de Câmbio					
Risco cambial - outros	8,9	3,8	13,7	4,9	8,4
Taxa de câmbio – dólar americano	3,1	-	10,9	2,6	11,1
Ações					
Ações	16,6	8,0	25,4	22,3	9,9
Outros					
Outros	4,1	1,8	8,4	6,4	4,4
Itaú Argentina	1,9	1,4	2,3	2,3	0,6
Itaú Chile	5,3	3,3	7,6	4,4	6,0
Itaú Uruguai	0,4	0,2	0,7	0,3	0,7
Itaú Europa	2,3	0,6	5,6	4,3	0,7
Itaú Paraguai	0,3	0,1	0,8	0,3	-
Efeito de diversificação	-	-	-	(66,5)	(90,2)
Total	128,1	113,3	159,1	134,1	76,5

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

A tabela a seguir demonstra a posição dos nossos ativos que rendem juros e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados devido a diferentes datas de reprecificação durante o período.

Risco de taxa de juros (*)

	31/03/2011					31/03/2010	
	0-30	31-180	181-365	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Ativos Remunerados	199.783	169.854	68.735	162.348	78.669	679.389	541.808
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.069	4.137	1.775	607	3	12.591	14.220
Aplicações no Mercado Aberto	36.397	52.768	893	7.749	7.996	105.803	140.200
Depósitos Compulsórios no Banco Central	90.861	-	-	-	-	90.861	33.183
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	8.969	25.995	10.551	33.063	30.378	108.956	54.891
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor Justo Através do	-	-	-	-	147	147	227
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.373	4.394	6.097	9.758	17.070	43.692	37.380
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-	134	73	210	2.699	3.116	2.566
Derivativos	1.352	3.474	1.788	1.320	2.296	10.230	7.876
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	49.762	78.952	47.558	109.641	18.080	303.993	251.265
Passivos Remunerados	180.655	58.553	50.646	142.259	80.493	512.606	398.608
Depósitos de Poupança	58.997	-	-	-	-	58.997	50.085
Depósitos a Prazo	17.229	18.668	21.788	29.564	29.138	116.387	106.946
Depósitos Interfinanceiros	945	1.259	449	227	34	2.914	1.700
Depósitos para Investimentos	948	-	-	-	-	948	1.123
Mercado Aberto	93.393	15.613	12.315	68.965	16.467	206.753	148.055
Mercado Interbancário	4.074	17.984	13.580	23.369	9.595	68.602	47.963
Mercado Institucional	618	3.287	846	18.533	23.275	46.559	34.784
Derivativos	661	1.742	1.668	1.601	1.984	7.656	7.277
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	819	-	-	-	-	819	813
Passivos de Planos de Capitalização	2.971	-	-	-	-	2.971	2.360
Diferença ativo/passivo	19.128	111.301	18.089	20.089	(1.824)	166.783	143.200
Diferença Acumulada	19.128	111.301	18.089	20.089	(1.824)	166.783	143.200
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	2,8%	16,4%	2,7%	3,0%	(0,3%)	24,5%	26,4%

(*) Prazos contratuais.

RISCO DE MOEDA

ATIVO	31/03/2011					31/03/2010
	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total	Total
Disponibilidades	3.330	146	79	1.257	4.812	6.423
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	17	-	1.163	1.180	1.249
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.964	2.275	-	759	6.998	5.194
Aplicações em Mercado Aberto	769	-	-	100	869	1.603
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.469	893	-	212	5.574	5.045
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	147	-	-	147	-
Derivativos	1.764	153	-	86	2.003	1.217
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	30.149	536	-	2.529	33.214	14.077
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	671	-	-	-	671	796
Operações de Crédito, líquida	27.608	4.213	2.448	16.727	50.996	43.948
TOTAL DO ATIVO	72.724	8.380	2.527	22.833	106.464	79.552

PASSIVO	31/03/2011					31/03/2010
	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total	Total
Depósitos	22.000	1.712	256	13.733	37.701	27.878
Captações no Mercado Aberto	6.963	-	-	270	7.233	3.034
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	64	-	755	819	813
Derivativos	1.557	174	-	71	1.802	965
Recursos de Mercados Interbancários	20.176	737	43	1.324	22.280	20.515
Recursos de Mercados Institucionais	35.368	3.111	-	355	38.834	16.618
TOTAL DO PASSIVO	86.064	5.798	299	16.508	108.669	69.823

POSIÇÃO LÍQUIDA	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total	Total
	(13.340)	2.582	2.228	6.325	(2.205)	9.729

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6 referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Nota 09 referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O Itaú Unibanco Holding possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções estatísticas, das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local e estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Em observância às exigências da Resolução 2.804/00 e da Circular 3.393/08 do Banco Central do Brasil, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 368,5 bilhões de reais no primeiro trimestre de 2011, com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos - 29,1% do total, ou R\$ 107,5 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é bastante estável: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/03/2011			31/03/2010	
	0-30 dias	Total	%	Total	%
Depósitos	102.794	203.922	55,2	183.606	60,8
Recursos à Vista	24.676	24.676	6,7	23.752	7,9
Recursos de Poupança	58.997	58.997	16,0	50.085	16,6
Recursos a Prazo	17.229	116.387	31,5	106.946	35,3
Outros Recursos	1.892	3.862	1,0	2.823	1,0
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	1.845	26.942	7,5	17.963	6,2
Recursos de Emissão Própria (2)	2.807	101.654	27,5	73.310	24,3
Dívida Subordinada	62	35.934	9,8	26.456	8,7
Total	107.508	368.452		301.335	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O Itaú Unibanco Holding gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o primeiro trimestre de 2011, o Itaú Unibanco Holding manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (disponibilidades de caixa, posições bancadas das aplicações no mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R\$ 75,3 bilhões e representavam 70,0% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 20,4% do total de recursos e 15,7% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo Itaú Unibanco Holding na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores Liquidez	%
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	70,0
Ativos Líquidos / Recursos Totais	20,4
Ativos Líquidos / Ativos Totais	15,7

Adicionalmente, apresentamos os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes considerando seus fluxos não descontados, exceto pelos derivativos que são apresentados pelos valores descontados.

<i>R\$ Milhões</i>					
Fluxos Futuros não Descontados exceto para Derivativos	31/03/2011			31/03/2010	
PASSIVO	0 - 30	31 - 365	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos	103.589	42.895	72.204	218.688	196.192
Depósito a Vista	24.676	-	-	24.676	23.733
Depósito Poupança	58.997	-	-	58.997	50.085
Depósito a Prazo	18.020	41.123	71.798	130.941	119.367
Depósito Interfinanceiros	948	1.772	406	3.126	1.884
Outros Depósitos	948	-	-	948	1.123
Captações no Mercado Aberto (1)	93.817	29.587	114.735	238.139	160.754
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	1.855	12.675	16.619	31.149	20.480
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	2.511	20.222	39.151	61.884	44.871
Dívidas Subordinadas (4)	62	7.316	39.330	46.708	38.002
Instrumentos Financeiros Derivativos (5)	726	3.409	3.599	7.734	7.277
	202.560	116.104	285.638	604.302	467.576

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(5) A liquidez relativa a instrumentos financeiros derivativos é gerenciada com base no seu valor justo.

NOTA 36 - EVENTO SUBSEQUENTE

O Itaú Unibanco Holding celebrou com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour Brasil"), em 14 de abril de 2011, Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour"), pelo valor de R\$ 725 milhões, correspondente a um múltiplo P/L (Preço/Lucro) 2010 de 11,6.

O Banco Carrefour é a entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira "Carrefour" no Brasil (canais eletrônicos e 163 hipermercados e supermercados), contando atualmente com uma base de 7,7 milhões de contas e carteira de crédito (valor bruto) no valor de R\$ 2.254 milhões (data-base 31 de dezembro de 2010).

A conclusão da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil.

O Itaú Unibanco espera, com a conclusão desta operação com o Carrefour Brasil, fortalecer sua atuação no segmento de crédito ao consumo, considerando as bem-sucedidas experiências dos dois grupos em seus respectivos segmentos no Brasil.